



Universidade de Aveiro
2023

Cláudia Isabel Teixeira Leite **Impacto económico e social das IPSS: o caso do município de Amarante**



Universidade de Aveiro
2023

Cláudia Isabel Teixeira Leite **Impacto económico e social das IPSS: o caso do município de Amarante**

Dissertação apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Economia, realizada sob a orientação científica da Doutora Marta Alexandra da Costa Ferreira Dias, Professora Auxiliar do Departamento de Economia, Gestão, Engenharia Industrial e Turismo da Universidade de Aveiro e do Doutor Jorge Humberto Fernandes Mota, Professor Auxiliar do Departamento de Economia, Gestão, Engenharia Industrial e Turismo da Universidade de Aveiro.

o júri

presidente

Prof. Doutora Mara Teresa da Silva Madaleno

Professora auxiliar do Departamento de Economia, Gestão, Engenharia Industrial e Turismo da Universidade de Aveiro

Prof. Doutor Paulo Jorge Reis Mourão

Professor associado com agregação, Escola de Economia e Gestão da Universidade do Minho

Prof. Doutora Marta Alexandra da Costa Ferreira Dias

Professora auxiliar do Departamento de Economia, Gestão, Engenharia Industrial e Turismo da Universidade de Aveiro

agradecimentos

Primeiramente, gostaria de agradecer à minha orientadora, professora Doutora Marta Ferreira Dias e ao professor Doutor Jorge Mota pela sua coorientação. Obrigada por todo o tempo disponibilizado, por todo o apoio, conselhos e correções ao longo deste percurso.

Um agradecimento especial aos meus pais por tudo o que são para mim, pelo apoio, paciência e disponibilidade no decorrer dos anos. Agradeço por tudo o que sou e por tudo o que alcancei, sendo que sem eles, a escrita desta dissertação não seria possível. Agradeço também a todos os amigos e familiares que desde sempre caminharam ao meu lado, especialmente à minha irmã e a todos os amigos que em Aveiro encontrei.

Por fim, um agradecimento ao Curso de Economia por todas as pessoas, momentos, felicidade e ensinamentos que me proporcionou nestes 5 anos.

palavras-chave

Economia Social; Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS); Multiplicador do rendimento local; Multiplicador da subsídição pública; Amarante.

resumo

Atualmente, a Economia Social e as suas organizações desempenham um papel preponderante para a sociedade. As instituições particulares de solidariedade social (IPSS) representam uma significativa parcela das organizações sociais, sendo, por vezes, a única resposta social acessível à população mais carenciada. O objetivo deste estudo é avaliar o impacto económico e social das instituições particulares de solidariedade social (IPSS) no concelho de Amarante. Para isso, recorreu-se ao conceito de multiplicador do rendimento local para estas organizações. Para a avaliação do impacto, anteriormente referido, procedeu-se à análise de uma amostra composta por 23 instituições particulares de solidariedade social (IPSS) e entidades equiparadas do município de Amarante. De forma a comprovar o importante contributo destas instituições para a coesão social, foi possível constatar que em 50% das freguesias do concelho de Amarante existiam instituições particulares de solidariedade social (IPSS) ou entidades equiparadas e, em 15.38% dessas freguesias, estas instituições eram mesmo a única resposta social disponível para a população. Por fim, através do cálculo do multiplicador do rendimento local, demonstra-se, que para a amostra, por cada euro captado pelas instituições particulares de solidariedade social, 2.71€ ficam a circular no concelho de Amarante, enquanto o multiplicador da subsídição pública evidencia que, cada euro obtido através de subsídição pública é multiplicado 2.56 vezes, na medida em que fica a transitar dentro do município de Amarante.

keywords

Social Economy; Register Private Institution of Social Solidarity (IPSS); Local income multiplier; Public subsidy multiplier; Amarante.

abstract

Currently, Social Economy and its organizations play a significant role in society. Private institutions of social solidarity (IPSS) represent a significant portion of the social organizations, being, in some cases, the only accessible social support for the most deprived population. The aim of this study is to evaluate the economic and financial impact of private institutions of social solidarity (IPSS) in the municipality of Amarante, using the calculation of the local income multiplier for these organizations as a metric. To assess the aforementioned impact, an analysis was conducted on a sample composed of 23 private institutions of social solidarity (IPSS) and similar entities in the municipality of Amarante. To confirm the significant contribution of these institutions to social cohesion, it was possible to verify that in 50% of the parishes in the municipality of Amarante, there were private institutions of social solidarity (IPSS) or similar entities, and in 15.38% of these parishes, these institutions were the only available social support for the population. Finally, through the calculation of the local income multiplier, it is demonstrated that for the sample in question, for every euro captured by private institutions of social solidarity, €2.71 circulate in the municipality of Amarante, while the public subsidy multiplier indicates that each euro obtained through public subsidy is multiplied 2.56 times, as it circulates within the municipality of Amarante.

Índice

Índice Figuras.....	iii
Índice tabelas.....	iv
Lista Acrónimos	v
1. Introdução	1
2. Revisão da Literatura	3
2.1. Economia Social.....	3
2.1.1. Conceito de Economia Social	3
2.1.2. Impacto da Economia Social.....	5
2.1.3. Caracterização da Economia Social.....	6
2.1.4. Contexto Português da Economia Social	7
2.1.5. Contexto Europeu da Economia Social	13
2.2. Instituições particulares de solidariedade social (IPSS)	17
2.2.1. Definição.....	17
2.2.2. Classificação das IPSS	21
2.2.3. Instituições equiparadas a IPSS	22
3. A Economia social em Amarante.....	24
3.1. Contextualização do concelho de Amarante.....	24
3.2. Economia Social no município de Amarante	27
4. Metodologia	30
4.1. Recolha de dados	30
4.2. Construção da amostra: IPSS e equiparadas.....	32
4.3. Importância económica da amostra escolhida	35
4.4. Especificação da desagregação da conta de demonstração de resultados necessária para o cálculo dos indicadores propostos neste estudo.....	36
4.5. Serviços prestados e serviços vendidos pelas IPSS	39
4.6. Cálculo do multiplicador do rendimento local e da subsídio pública.....	39
5. Resultados Empíricos.....	41
5.1. Discussão dos resultados	41
5.1.1. Percentagem de pagamentos dos utentes no total dos rendimentos das IPSS.....	41

5.1.2. Estrutura financeira e rendibilidade das IPSS	43
5.1.3. Percentagem dos gastos com pessoal no total dos gastos das IPSS	46
5.1.4. Freguesias do concelho de Amarante com equipamentos sociais das IPSS	47
5.1.5. Presença das IPSS em freguesias, onde não existe mais nenhuma outra oferta de serviços de apoio social	48
5.1.6. Percentagem de contribuições voluntárias da sociedade civil no total de rendimentos das IPSS	49
5.1.7. Captação de recursos financeiros para a economia local e seus efeitos multiplicadores	51
6. Conclusões	53
Referências	57
Anexos	62

Índice Figuras

Figura 1-Evolução do universo de entidades da ES nas últimas edições da CSES.....	8
Figura 2-Taxas de variação (%) do VAB na economia social e nacional, entre 2010 e 2020.	9
Figura 4-Distribuição do Emprego remunerado (ETC) da ES, 2020.	10
Figura 3-Distribuição (%) do VAB da ES, 2020.....	10
Figura 6-Distribuição do VAB da ES, por grupos de entidades,2020.....	10
Figura 5-Distribuição (%) do Emprego remunerado (ETC) da ES, por grupos de entidade, 2020.	10
Figura 7-Distribuição das entidades da ES, por município,2020.	11
Figura 8-Número de entidades da ES (2020) por mil habitantes (2021), por distrito.	12
Figura 9-Planos nacionais que expandem a Economia Social nos países europeus.....	14
Figura 10-Emprego remunerado na Economia Social relativamente ao emprego remunerado total (%), para cada país europeu,2015.	15
Figura 11-Peso da ES na Economia Nacional (VAB ou PIB).....	16
Figura 12-Distribuição (%) das IPSS, segundo a Classificação Internacional de Organizações Sem Fins Lucrativos e do Terceiro Setor.	20
Figura 13-Distribuição (%) das IPSS por forma jurídica, 2020.	22
Figura 14-Evolução da população residente no município de Amarante.....	24
Figura 15-Rácio do número de idosos, por cada 100 jovens, no município de Amarante.	25
Figura 16-Poder de compra, per capita-panorama nacional.....	26
Figura 17-População por freguesias do concelho de Amarante, 2021.	27
Figura 18-NºIPSS por freguesia do concelho de Amarante, 2021.	28

Índice tabelas

Tabela 1-Distribuição das IPSS e equiparadas existentes no distrito do Porto, em 2023.	31
Tabela 2-Distribuição das 23 IPSS de Amarante por escalão de rendimentos, em 2021.....	33
Tabela 3-Fórmulas e definições dos indicadores do peso económico.....	36
Tabela 4-Indicadores sobre o peso económico das 23 instituições, em estudo, para o ano de 2021.	36
Tabela 5-Apresentação da conta de demonstração de resultados com a discriminação das subcontas necessárias para o cálculo dos indicadores propostos neste estudo.....	37
Tabela 6-Estrutura de rendimentos e gastos, em 2021, das 23 IPSS do concelho de Amarante.	41
Tabela 7-Percentagem dos pagamentos dos utentes no total de rendimentos das IPSS do concelho de Amarante, em 2021.	42
Tabela 8-Rácios económicos e financeiros das IPSS deste estudo, em 2021.....	44
Tabela 9-Taxa de rendibilidade dos capitais próprios e dos seus elementos constitutivos nas IPSS deste estudo, em 2021.	45
Tabela 10-Percentagem dos gastos com o pessoal no total dos gastos das 23 IPSS do concelho de Amarante, em 2021.	46
Tabela 11-Percentagem de freguesias com equipamentos sociais das IPSS, segundo a Carta Social, no concelho de Amarante, em 2023.	47
Tabela 12-Percentagem de freguesias com equipamentos sociais só das IPSS, segundo a Carta Social, no concelho de Amarante, em 2023.	49
Tabela 13-Percentagem dos subsídios e donativos de pessoas e entidades privadas no total de rendimentos das 23 IPSS do concelho de Amarante, em 2021.	50
Tabela 14-Valores dos multiplicadores do rendimento local das IPSS do concelho de Amarante, em 2021.....	51
Tabela 15-Valores do multiplicador da subsidiação pública das IPSS do concelho de Amarante, 2021.....	52

Lista Acrónimos

IPSS - Instituição Particular de Solidariedade Social

UE - União Europeia

PIB - Produto Interno Bruto

VAB - Valor Acrescentado Bruto

INE - Instituto Nacional de Estatística

CASES - Cooperativa António Sérgio para a Economia Social

ES - Economia Social

ACFA - Associações com fins altruísticos

PCUPA - Pessoas Coletivas de Utilidade Pública Administrativa

OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

NIPC - Número de Identificação de Pessoa Coletiva

ADESCO - Associação de Desenvolvimento Comunitário

CLAP - Centro Local de Animação e Promoção Rural

PROGREDIR - Associação para o Desenvolvimento Rural do Marão Ocidental

CEDIF - Centro de Desenvolvimento Infantojuvenil de Figueiró

APQV - Associação Portuguesa da Qualidade de Vida

CERCIMARANTE - Cooperativa para a Educação e Reabilitação de Cidadãos com Incapacidades

EBITDA - *Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*

EBIT- *Earnings Before Interest and Taxes*

EBT- Earnings Before Taxes

CMVMC - Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas

FSE - Fornecimentos e Serviços Externos

1. Introdução

Atualmente, o mundo encontra-se num momento de grandes mudanças, tanto tecnológicas, como económicas e sociais. Posto isto, a Economia Social avança numa perspetiva de proximidade com os cidadãos de forma a dar resposta às suas necessidades e a criar soluções para desafios sociais, tais como o desemprego, o trabalho precário, a exclusão social, o racismo, as alterações climáticas e a falta de coesão social (Social Economics, n.d.).

A Economia Social é constituída por instituições que se regem por princípios como a solidariedade, o favorecimento das pessoas em detrimento do capital e uma administração democrática e administrativa. Estas entidades diferenciam-se das restantes organizações, pelo facto de perseguirem um propósito social por meio de modelos específicos baseados na colaboração, maioritariamente a nível local (OECD, 2021).

As IPSS são pessoas coletivas, que fazem parte do setor da Economia Social, cujo objetivo não é o lucro, distinguindo-se das restantes entidades deste setor da Economia por procurarem atuar através de soluções de longo prazo, enquanto as restantes instituições operam face a problemas mais pontuais. Estas instituições dividem-se em Associações de Solidariedade Social, Cooperativas de Solidariedade Social, Associações Mutualistas, Fundações de Solidariedade Social e Irmandades da Misericórdia. O objetivo destas entidades é a prestação de serviços e/ou fornecimento de bens, de forma a promover o bem-estar e a qualidade de vida da população (Serviços de ação social da Universidade de Coimbra, 2021).

Posto isto, o presente estudo assenta na avaliação do impacto económico e social das IPSS no concelho de Amarante. No decorrer desta dissertação, pretende-se explorar a contribuição para a coesão e desenvolvimento destas entidades no município de Amarante, uma vez que este é um tópico pouco desenvolvido e com um elevado valor para a sociedade.

Para o desenvolvimento deste trabalho seguiu-se uma metodologia similar à utilizada no livro da “Importância Económica e Social das IPSS em Portugal” (Mendes, 2018). Assim sendo, e de forma a avaliar este impacto, procedeu-se à exploração das seguintes componentes: Percentagem de pagamentos dos utentes no total dos rendimentos das IPSS; Estrutura financeira e rentabilidade das IPSS; Percentagem dos gastos com o pessoal no total dos gastos das IPSS; Freguesias do concelho de Amarante com equipamentos sociais das IPSS; Presença das IPSS em freguesias, onde não existe mais nenhuma outra oferta de serviços de apoio social; Percentagem de contribuições voluntárias da sociedade civil no total dos rendimentos das IPSS e, por fim, captação de recursos financeiros para a economia local e seus efeitos multiplicadores.

A estrutura desta dissertação assenta na seguinte forma. Primeiramente é desenvolvido um enquadramento teórico, abordando o conceito, impacto e caracterização da Economia Social, o seu papel na Economia portuguesa e em alguns outros países europeus e a definição das instituições privadas de solidariedade social e das instituições equiparadas a IPSS. Seguidamente, contextualiza-se a região em estudo no panorama económico, geográfico e da Economia Social.

A abordagem metodológica utilizada neste estudo é exposta no capítulo 4, onde se identifica a amostra em análise, a respetiva forma de recolha dos seus dados, o método de tratamento dos mesmos e os cálculos de indicadores, rácios e multiplicadores, identificadores da importância económica e social das IPSS na região em estudo. Seguidamente, serão elencados os resultados obtidos, procedendo-se à discussão e interpretação dos mesmos. Por fim, no último capítulo, são descritas as conclusões, expondo igualmente as limitações e contribuições deste estudo e indicando algumas recomendações de investigação futuras.

2. Revisão da Literatura

2.1. Economia Social

2.1.1. Conceito de Economia Social

O conceito de Economia Social surgiu no século XIX e foi recuperado no início dos anos 80 do século XX, em França, como resultado das transformações económicas e sociais provocadas pela Revolução Industrial, instigadas pela difusão do pensamento socialista, decorrente da subida de um governo desta doutrina à Presidência da República (Caeiro, 2008). Durante a Revolução Industrial, e face à baixa qualidade de vida da população, surgiu a necessidade de procurar suprir as carências dos cidadãos e as suas necessidades, desenvolvendo-se dessa forma a Economia Social (Santos Isidoro, 2013). Este conceito foi-se ampliando ao longo do tempo em resposta ao aumento das dificuldades das sociedades, de forma a melhorar a sua qualidade de vida e bem-estar (Carvalho Freitas, 2021).

Factualmente, a partir da década de 1970, a Economia Social disseminou-se em toda a Europa e no mundo, de modo a contrariar o individualismo e o capitalismo industrial, respondendo às necessidades sociais (Gil-Vasquez, 2020).

Apesar de, ao longo da história, ser possível encontrar respostas, mais ao menos estruturadas, por exemplo, por parte da Igreja, a problemas que a sociedade ia enfrentando, é usualmente aceite que a Cooperativa dos “Pioneiros de Rochdale”, fundada por tecelões na Grã-Bretanha, tenha sido o primeiro caso de sucesso de uma cooperativa ao nível da Economia Social (Santos Isidoro, 2013).

Face à prevalência das políticas socialistas em França durante a Revolução Industrial, surgiram novas ideologias que destacaram a importância da realidade organizadora e da combinação de movimentos sociais, que atuando como uma base conjunta, assumiram a denominação de Economia Social (Namorado, n.d.). Este conceito de Economia Social surge como uma definição mais completa de Setor não lucrativo e de Setor Voluntário, uma vez que inclui não só associações e fundações, mas também as mutualidades, as cooperativas e até outras formas de *social enterprises*, mantendo limitada a forma como os lucros são apropriados (Martins de Oliveira, 2012).

A expansão da Economia Social em França despoletou também a sua extensão noutros países da União Europeia. Na altura apenas faziam parte da União Europeia 15 países membros, que podiam ser divididos em três grupos, face à forma como o conceito de Economia Social se instalou. Espanha, Bélgica e Itália fazem parte do primeiro grupo, como aqueles que foram mais

acolhedores, sendo que Espanha se destaca nesse sentido. Países como a Alemanha e o Reino Unido fazem parte do segundo grupo, que adotaram uma posição de resistência face a este conceito. E, no terceiro e último grupo estão os países, que inicialmente eram indiferentes à ideia em causa, apesar de mais tarde a terem adotado. Contudo, nestes últimos casos, acabou por não acontecer nada de pertinente em relação aos movimentos sociais (Namorado, 2004).

É complexo definir Economia Social, uma vez que este termo integra um grupo diverso de entidades, com personalidade jurídica distinta, democraticamente organizadas de maneira a atender as necessidades dos seus integrantes, cujo objetivo seja gerar bens ou serviços sem o lucro como principal propósito (Santos Isidoro, 2013). Este conceito “não compartimenta as organizações num setor específico, dando ênfase às interações entre estas, a sociedade e o Estado-Providência” (Martins de Oliveira, 2012, p.17).

De acordo com Santos (2015), a definição de Economia Social está relacionada com as entidades que desempenham uma determinada função e é o conjunto das atividades económico-sociais, desempenhadas pelos seguintes organismos:

- Cooperativas;
- Associações mutualistas;
- Misericórdias;
- Fundações;
- Instituições particulares de solidariedade social;
- Associações com fins altruísticos que atuem no âmbito cultural, recreativo, desportivo e de desenvolvimento local;
- Entidades abrangidas pelos subsectores comunitário e autogestionário, integrados nos termos da Constituição no setor cooperativo e social;
- Outras entidades dotadas de personalidade jurídica, que respeitem os princípios orientadores da Economia Social, previstos no artigo 5º da Lei e constem na base de dados da Economia Social.

Apesar da definição habitual de Economia Social referir limitações, quer a nível financeiro, quer ao nível da concorrência no mercado, isso não significa que as suas organizações não devam produzir resultados positivos com vista a assegurar a sua sustentabilidade económica e social. As entidades da Economia Social diferenciam-se das empresas do setor privado, por não terem a maximização do lucro e da remuneração do capital investido como o seu principal objetivo, uma vez que procuram priorizar a otimização da utilidade para os seus associados, membros ou utentes, tendo como condição a sua sustentabilidade económica e financeira (CIRIEC, 2023).

2.1.2. Impacto da Economia Social

A Economia Social pode ser vista como determinante para o desenvolvimento económico e social na Europa, uma vez que só na UE existem 2.8 milhões de organizações de Economia Social, que empregam cerca de 13.6 milhões de pessoas, representando cerca de 8.0% do PIB da UE (Comissão Europeia, 2022). De acordo com Santos Isidoro (2013), e com o que já foi referido no capítulo anterior, a Economia Social tem enfrentado uma tendência de crescimento desde a década de 1980, principalmente na Europa. “Tem demonstrado ser uma força viva e atuante em épocas de crise e, acima de tudo, valoriza as pessoas e o trabalho em detrimento do capital” (Santos Isidoro, 2013, p.12). É possível constatar que durante momentos de crise, o emprego cooperativo foi mais constante que o das sociedades de capital, enquanto, por exemplo, o número de cooperativas a fechar foi menor que o número de sociedades comerciais a terminar funções durante os mesmos períodos conturbados (Pitacas, 2020).

Em concordância com o Social Economy Europe (2018), os objetivos chave da Economia Social na UE são:

- Fortalecer e preservar a dimensão social da UE e os seus valores democráticos;
- Fomentar a competitividade da Economia e sustentar um crescimento inclusivo, sustentável e inteligente;
- Estimular a participação ativa dos cidadãos;
- Criar empregos de alta qualidade;
- Despoletar o desenvolvimento local e regional;
- Reduzir as desigualdades e promover a coesão social através da integração;
- Facilitar a inovação social e tecnológica;
- Encorajar a solidariedade entre gerações;
- Impelir a proteção social ao acesso universal a serviços de qualidade, tais como cuidados de saúde;
- Lutar contra as alterações climáticas, através da economia circular e da transição ecológica;
- Criar oportunidades iguais para todos, independentemente do género, raça, origem étnica, religião, limitações, idade ou orientação sexual.

Não se pode restringir o valor da Economia Social às suas expressões quantitativas, uma vez que fatores como a proteção social, a cultura, os serviços financeiros, a manufatura e o consumo estão, por vezes, representados deficitariamente nos setores mercantil e público. Este setor acaba por conseguir colmatar as falhas que o setor privado e os apoios do Estado não conseguem abranger (Pitacas, 2020).

Apesar dos resultados bastantes relevantes no que diz respeito ao impacto, mesmo que em termos estritamente económicos, da Economia Social, são várias as razões para a existência de alguma depreciação deste setor da economia, podendo estas estar relacionadas com o próprio setor ou com fatores externos. Para exemplificar uma causa externa pode recorrer-se ao facto de este ser um setor bastante estereotipado e para o qual a opinião pública e os decisores políticos podem ter uma visão enviesada e depreciativa, uma vez que não raras vezes é entendido como um setor que não produz riqueza e que é alimentado por subsídios estatais (Pitacas, 2020).

A Economia Social, quer a nível nacional, quer internacional, é um importante motor para o desenvolvimento económico, gerando empregos ao mesmo tempo que promove a responsabilidade social (Graça, 2013). Este setor, aliando a rentabilidade e a solidariedade, promove um tipo de economia que prioriza as pessoas, apoiando o desenvolvimento sustentável e a restauração social, ambiental e tecnológica (Social Economy Europe, 2018).

Atualmente, a Economia Social procura evoluir e modernizar-se, principalmente, no que diz respeito ao uso da tecnologia, de forma a expandir as suas atividades económicas e sociais. Recentemente, a pandemia de Covid-19 evidenciou a função fundamental da Economia Social no apoio às comunidades, dando relevância ao seu papel em momentos de crise (CIRIEC, 2023).

2.1.3. Caracterização da Economia Social

Para uma melhor compreensão do universo da Economia Social e das suas principais características é crucial conhecer os seus componentes e os seus princípios, uma vez que através dos mesmos será possível encontrar os fatores comuns, que irão caracterizar as suas formas organizativas (Santos Isidoro, 2013).

As entidades da Economia Social caracterizam-se por serem organizações com uma gestão independente do Estado e das autoridades públicas, pela sua propriedade institucional, ou seja, não passível de repartição pelos participantes, por não terem como finalidade a maximização dos lucros, por terem uma gestão democrática e ativa e por priorizarem a qualidade do serviço em detrimento do foco no capital e na maximização do lucro (Santos, 2015). Estas instituições são geridas por alguns princípios orientadores, como a primazia das pessoas e dos objetivos sociais, a adesão livre e voluntária, o controlo democrático dos respetivos órgãos pelos seus membros, a diversificação das suas formas organizacionais, a harmonização entre os interesses dos membros, utilizadores ou beneficiários e como o interesse social e a afetação dos excedentes à prossecução dos fins das entidades da Economia Social, realizada de acordo com o interesse geral (CASES, 2023).

Resumidamente, estes princípios podem ser agrupados em 4 grandes grupos. Segundo Caeiro (2008), esses princípios são:

- a) a identificação recíproca das pessoas associadas e da atividade empresarial;
- b) a igualdade dos associados, independentemente da sua participação no financiamento e na atividade destas empresas;
- c) a possibilidade de divisão dos excedentes entre os associados de forma proporcional à sua participação na atividade económica;
- d) a propriedade coletiva dos benefícios investidos de forma permanente.

Segundo Pitacas (2020), a Economia Social agrega a rentabilidade com a solidariedade, gera empregos estáveis e dignos, fortalece a coesão social, económica e regional, estimula o capital humano, desenvolve a cidadania ativa e promove a sustentabilidade e a inovação.

Posto isto, a Economia Social tem a capacidade de amenizar os problemas socioeconómicos, através de estratégias inovadoras, atenuando os problemas com origem na exclusão social e no envelhecimento da população, ocupando um papel fulcral na transformação e evolução das sociedades (Mathematics, 2016). Sendo uma economia de pessoas e para pessoas, a Economia social apresenta uma maior adaptabilidade às crises económicas, possuindo as características necessárias para a concretização de projetos, que visam o bem comum (Pitacas, 2020).

Assim sendo, podemos caracterizar a Economia Social como sendo formada por entidades produtoras de bens e serviços, com base num conjunto de valores, que dão primazia à satisfação das necessidades sociais, a que o mercado não consegue dar resposta e que o Estado também não consegue responder. É também importante destacar que a participação dos indivíduos resulta da sua livre vontade, uma vez que o poder não tem como génese a detenção de capital e, por isso, não fomenta a aplicação dos lucros (Caeiro, 2008; Sousa, 2019).

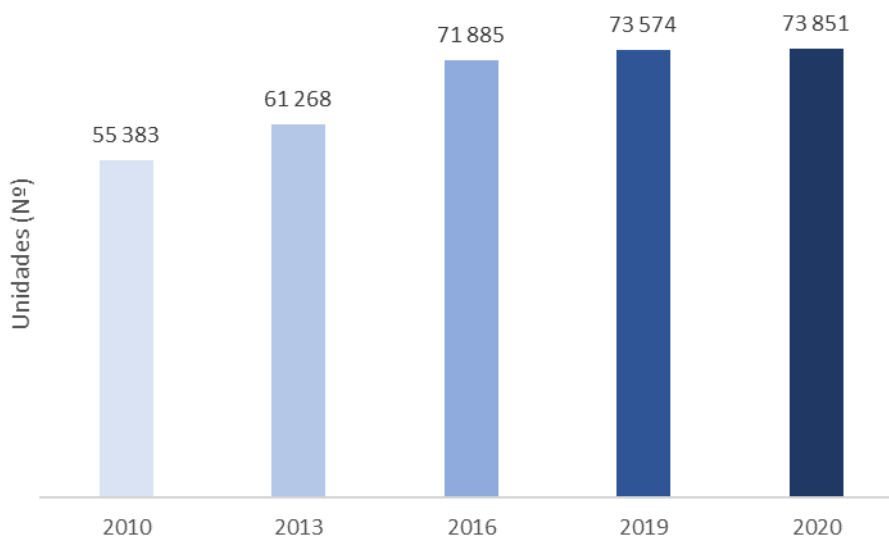
2.1.4. Contexto Português da Economia Social

A última edição da Conta Satélite da Economia Social foi lançada no presente ano de 2023 com informação referente aos anos de 2019 e 2020. Desta forma, e com o objetivo de avaliar o estado atual da Economia Social em Portugal, os dados de 2020 da Conta Satélite servirão de base, pois são os mais recentes.

Em 2020, em Portugal, existiam mais de 73 mil entidades pertencentes ao setor da Economia Social, registando-se o valor mais elevado no seu número desde 2010 (evolução retratada na Figura 1), representando 3.2% do VAB nacional, 5.0% das remunerações e 5.9% do emprego remunerado. O ano de 2020 foi o primeiro ano completamente vivido em Pandemia, assim sendo,

e comparando com a informação relativa a 2019, pode verificar-se que o VAB da Economia Social aumentou ligeiramente em ano de pandemia (passando de 3.0% do VAB nacional para 3.2%). Aliando os resultados do VAB às percentagens de emprego total e remunerado, o setor da Economia Social registou um desempenho melhor do que o da média da Economia Nacional para o mesmo período. Em ano de Pandemia, a Economia Nacional sofreu um decréscimo ao contrário do que pode ser concluído relativamente à Economia Social (INE, 2023).

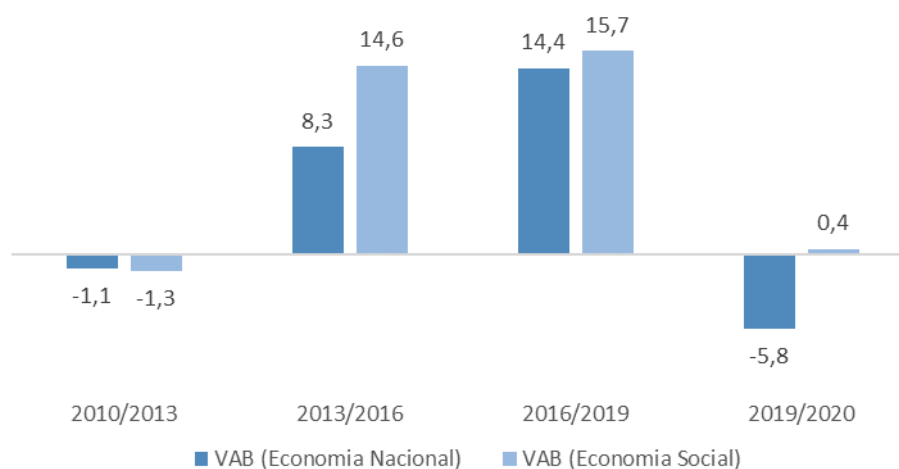
Figura 1-Evolução do universo de entidades da ES nas últimas edições da CSES.



Fonte: Elaboração própria com base em dados do INE.

Numa perspetiva de avaliação da variação nominal do VAB da Economia Social face ao mesmo indicador para a Economia Nacional, pode-se observar na Figura 2, que a tendência da década, em análise, revela uma maior variação do VAB para a Economia Social relativamente à Economia Nacional, colmatando numa abrupta diferença de +0.4% para a Economia Social, comparativamente a -5.8% para a Economia Nacional nos anos de 2019/2020. Estes valores traduzem um aumento de importância relativa do VAB da Economia Social no VAB da Economia Nacional, registando, em 2020, o valor mais elevado dos últimos 10 anos (INE, 2023).

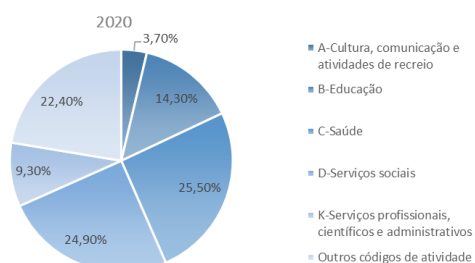
Figura 2-Taxas de variação (%) do VAB na economia social e nacional, entre 2010 e 2020.



Fonte: Elaboração própria com base em dados do INE.

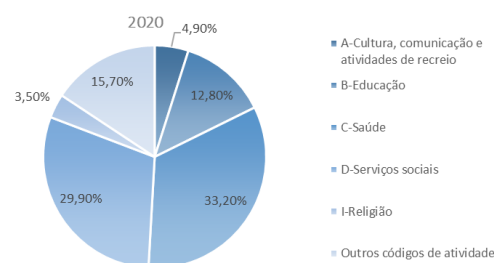
Em termos de áreas de atividade mais relevantes referentes ao VAB e emprego, destaca-se o setor da Saúde, que representava 25.5% do VAB e 33.2% do emprego remunerado da Economia Social. Esta significativa percentagem do setor da Saúde no VAB da ES deve-se à crescente presença de entidades não lucrativas na prestação de cuidados de saúde, que atuam de forma a contribuir para a melhoria no acesso a esse tipo de cuidados, sendo, por vezes, a única resposta às necessidades da população, face às limitações do Sistema Nacional de Saúde. Sendo a Economia Social caracterizada por ser um setor com elevadas percentagens de trabalho voluntário, a área de atividade da saúde, sendo uma área que exige mão-de-obra qualificada e um acompanhamento mais constante dos utentes, acaba por se destacar na proporção do emprego remunerado, uma vez que o trabalho voluntário não seria suficiente para suprir as necessidades deste setor. Estas percentagens eram semelhantes em 2019 e em 2016. Já no que diz respeito a grupos de entidades, destacam-se as Associações com fins altruísticos e as Cooperativas como as mais numerosas e mais representativas do VAB, ressaltando as ACFA e as Misericórdias relativamente à percentagem de emprego remunerado. (INE, 2023).

Figura 4-Distribuição (%) do VAB da ES, 2020.



Fonte: Elaboração própria com base em dados da INE.

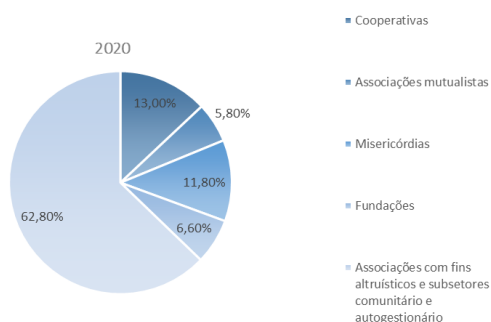
Figura 3-Distribuição do Emprego remunerado (ETC) da ES, 2020.



Fonte: Elaboração própria com base em dados da INE.

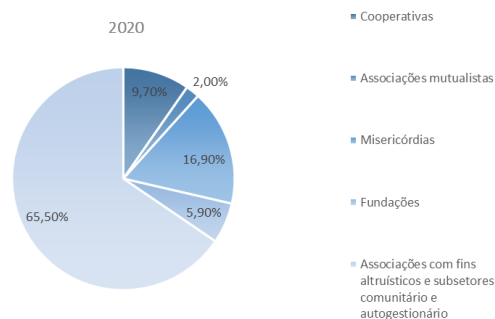
É possível observar os valores relativos às áreas de atividade nas Figuras 3 e 4, apresentadas anteriormente. Para completar estas informações, acrescentou-se também as Figuras 5 e 6 com dados por grupo de entidades.

Figura 6-Distribuição (%) do Emprego remunerado (ETC) da ES, por grupos de entidade, 2020.



Fonte: Elaboração própria com base em dados da INE.

Figura 5-Distribuição do VAB da ES, por grupos de entidades, 2020.

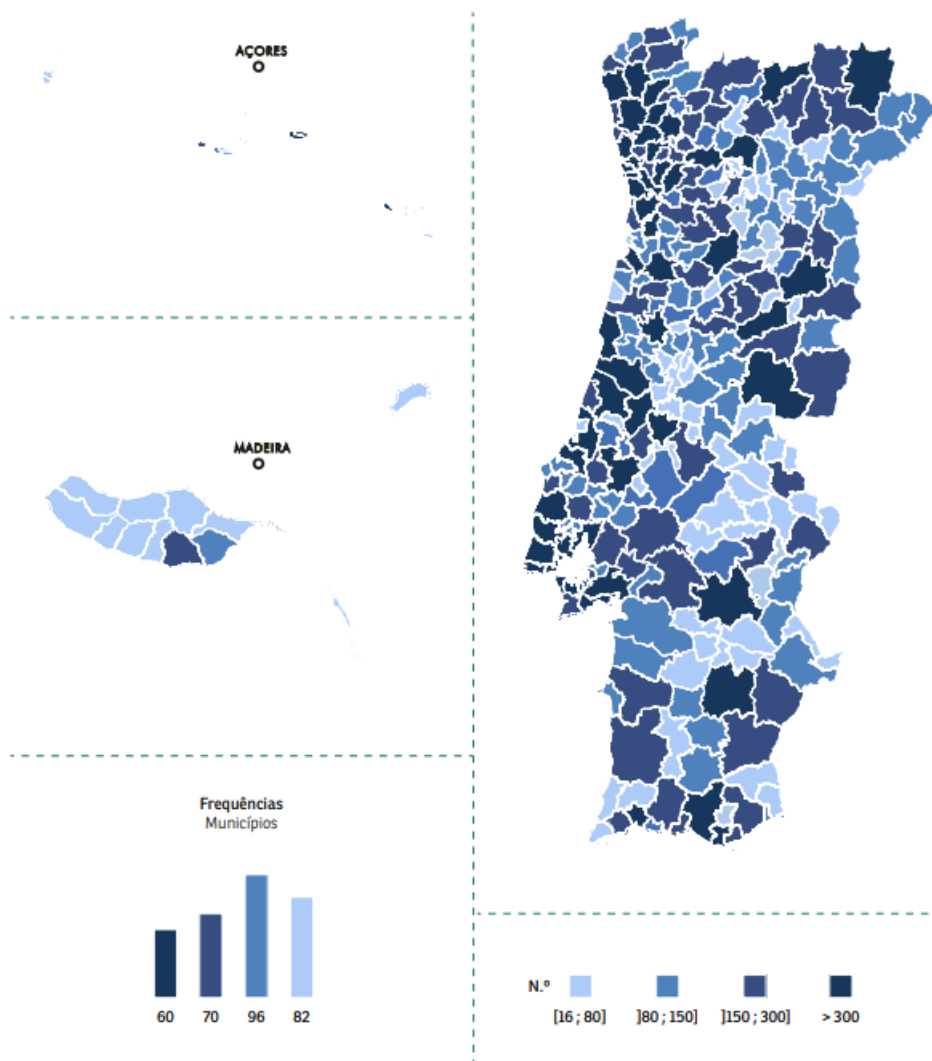


Fonte: Elaboração própria com base em dados da INE.

Em termos geográficos, o território do país que detém um maior número de entidades da Economia Social é a região Norte, seguida pelo Centro e pela Área Metropolitana de Lisboa. Esta distribuição das entidades da ES vai ao encontro da elevada densidade populacional destas regiões em comparação com as restantes do país, uma vez que, por exemplo, a região Norte detém, aproximadamente, 35% da população portuguesa e, deste modo, é natural que para uma maior procura, exista uma maior oferta. Em 2020, havia registo de entidades da ES em todos os

municípios do país, sendo que os municípios que detinham um número mais significativo de entidades eram os de Lisboa, Porto, Coimbra e Braga. A partir da Figura 7, constata-se, que apesar da evidente tendência de litoralização destas entidades, devido à maior concentração da população nestas zonas costeiras, existe também uma convergência das mesmas para municípios do interior de Portugal, tais como, Évora, Bragança, Viseu, entre outros. (INE, 2023). Esta tendência de aumento do número de entidades da Economia Social em municípios do interior do país, poderá estar relacionada com a crescente preocupação no combate à desertificação e envelhecimento destas regiões, sendo a Economia Social um setor fulcral nesta temática, promovendo a coesão social do país.

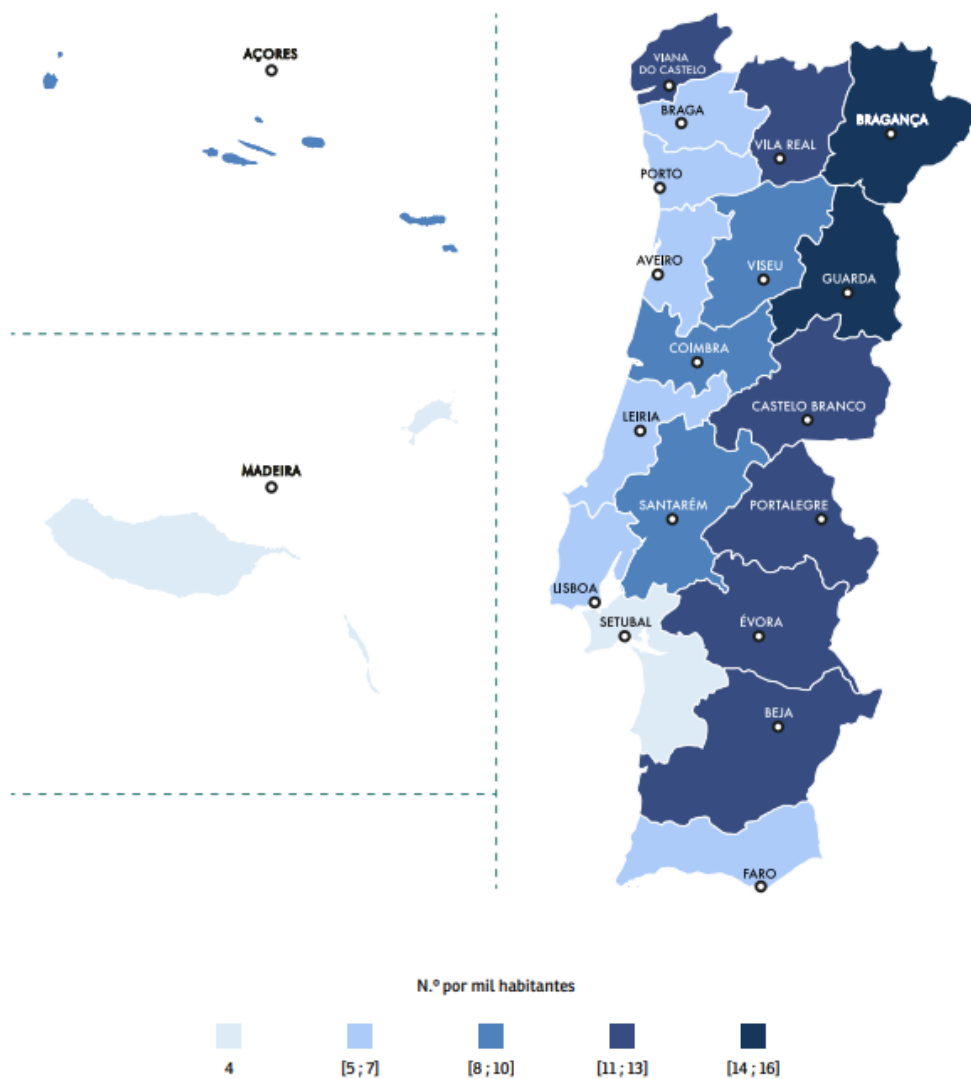
Figura 7-Distribuição das entidades da ES, por município,2020.



Fonte: INE/CASES.

Quando se analisa o número de entidades por cada mil habitantes, o cenário diverge um pouco, observando-se as médias mais elevadas em concelhos pertencentes aos distritos do interior, principalmente da Zona Norte do país. Pelo contrário, as estatísticas menos elevadas são encontradas na Região Autónoma da Madeira (Figura 8) (INE, 2023).

Figura 8-Número de entidades da ES (2020) por mil habitantes (2021), por distrito.



Fonte: INE/CASES.

2.1.5. Contexto Europeu da Economia Social

O conceito de Economia Social ainda não é reconhecido da mesma forma em todos os países Europeus e daí decorre a importância diferente atribuída a este setor nos diversos países. Enquanto para países como Espanha, França, Portugal, Bélgica e Luxemburgo este conceito é amplamente reconhecido, para países como a Itália, Chipre, Dinamarca, Finlândia, Suécia, Letónia, Malta, Polónia, Reino Unido, Bulgária, Grécia, Hungria, Irlanda, Roménia e Eslovénia é apenas moderadamente aceite e, por fim, para países como a Áustria, República Checa, Estónia, Alemanha, Letónia, Lituânia, Malta, Países Baixos, Eslováquia e Croácia é reduzidamente reconhecido ou até mesmo inexistente (Monzón, 2017).

As baixas taxas de aceitação do conceito de Economia Social advêm, na maioria das vezes, do facto deste conceito coexistir com o conceito de setor sem fins lucrativos, o setor do voluntariado, o setor das organizações não-governamentais e até com o conceito de empresas sociais (Comité Económico e Social Europeu, 2017). Alguma confusão entre estes contextos decorre da riqueza das experiências.

Contudo, ao longo do tempo, têm sido desenvolvidos, praticamente por toda a Europa, planos nacionais, cujo objetivo é ampliar e evidenciar a Economia Social. Na Figura 9, estão elencados alguns desses planos.

Figura 9-Planos nacionais que expandem a Economia Social nos países europeus.

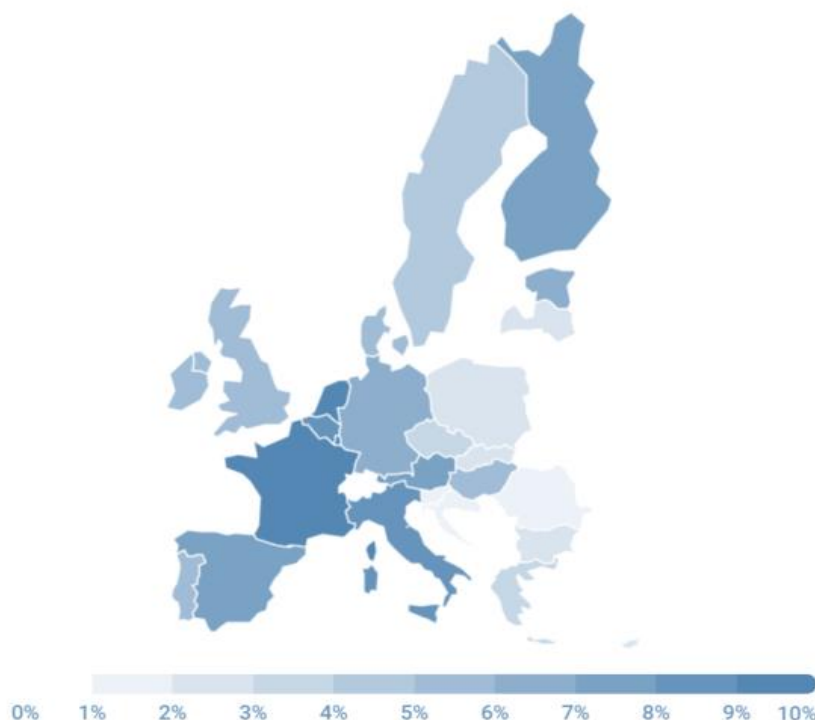
País	Plano Nacional
Bulgária	National Social Economy Concept (2012); Biannual Social Economy Plans (2014-2015, 2016-2017, 2018-2019)
Chipre	National Action Plan for the Development of Social Enterprise Ecosystem
Croácia	Strategy for Civil Society Development (2006-2011, 2012-2016); Strategy for Social Entrepreneurship Development (2015)
Dinamarca	National Strategy for Social Enterprise (2014)
Eslovénia	Strategy for Social Entrepreneurship (2013-2016); Strategy for the Development of Social Economy (2019-2029)(under development)
Estónia	National Development Plan for Civil Society (2015-2020); National Development Plan for Civil Society (2021-2030)(under development)
França	Growth Pact for Social and Solidarity Economy (2018)
Grécia	Strategic Pact for the Development of Social Entrepreneurship (2013)
Irlanda	National Social Enterprise Policy (2019-2022)
Letónia	Cabinet Regulations on the Status of Social Enterprise (2018)
Lituânia	Conception of Social Business (2015); Guidelines for Social Enterprise Projects (2017)
Luxemburgo	Action Plan for the Development of Solidarity Economy (2011); Strategy for Social and Solidarity Economy (2019-2023) (under development)
Macedónia do Norte	Strategy for the Development of Social Enterprise Ecosystem
Polónia	National Programme for Social Economy Development (2014-2018, 2019-2023)
Portugal	Commitment to Cooperation for the Social and Solidarity Sector (2021-2022)
Roménia	National Strategy for Social Inclusion and Poverty Reduction (2014-2020)
Suécia	Strategy for Social Enterprise and Social Innovation (2018)

Fonte: Elaboração própria com base em dados da Comissão Europeia.

Para a contextualização da Economia Social na Europa analisaram-se dados relativos a 2015, através de uma publicação feita pelo Comité Europeu da Economia Social. Apesar de não serem dados muito recentes, uma vez que ainda nem traduzem as mudanças provocadas pela Pandemia de Covid-19, são a informação mais recente relativa à Economia Social no contexto da União Europeia como um agregado.

A Economia Social na Europa empregava, em 2015, 19.1 milhões de trabalhadores, remunerados e não remunerados, sendo que 13.6 milhões representavam empregos remunerados, o que equivale a 6.3% da população ativa da UE-28 (Monzón, 2017). Seguidamente, na Figura 10, está representada a percentagem do emprego remunerado na Economia Social, em relação ao emprego remunerado total da UE, por país.

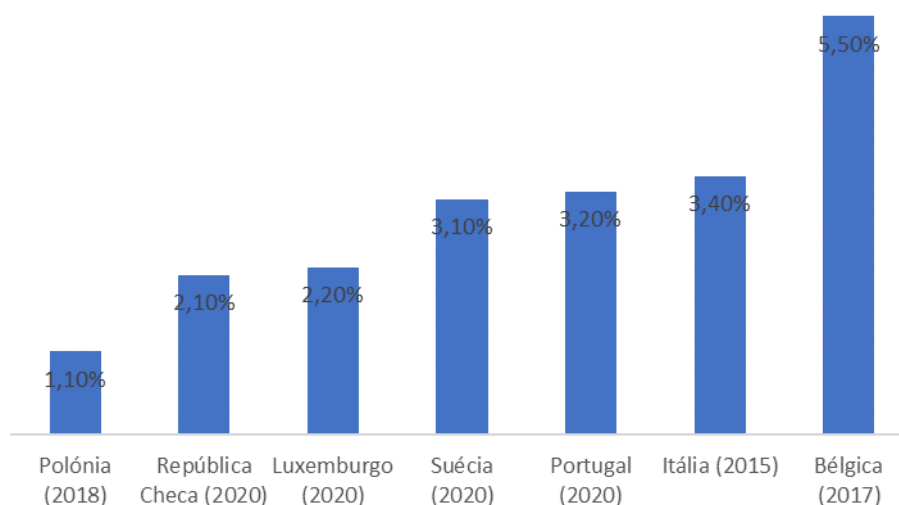
Figura 10-Emprego remunerado na Economia Social relativamente ao emprego remunerado total (%), para cada país europeu,2015.



Fonte: Comité Europeu da Economia Social: “Evolução Recente da economia social na União Europeia”.

É possível perceber que, enquanto em países como França, Bélgica, Itália, Luxemburgo e Países Baixos, o emprego remunerado na Economia Social representa entre 9% e 10% da população ativa, em países como Eslovénia, Roménia, Chipre, Malta, Lituânia, Croácia e Eslováquia as mesmas percentagens apenas se encontram nos 2% (Comité Económico e Social Europeu, 2017). Em relação ao peso relativo da Economia Social na Economia Nacional, utilizou-se a informação do relatório do INE (2023), contudo só existia informação para 7 países europeus. A partir da Figura 11, é possível constatar que Portugal ocupa o terceiro lugar mais elevado relativamente a este indicador de entre os 7 países analisados, sendo que a caracterização do setor da Economia Social Portuguesa foi descrita no capítulo anterior.

Figura 11-Peso da ES na Economia Nacional (VAB ou PIB).



Fonte: Elaboração própria com base em dados da Statistics Poland (Social Economy Satellite Account for Poland 2018); Czech Statistical Office (Satellite account of non-profit institutions); STATEC (Panorama en chiffres de l'économie sociale et solidaire / Séquence des comptes de l'économie sociale et solidaire.); Statistics Sweden (The Civil Society 2020), INE (Conta Satélite da Economia Social); ISTAT (L' Economia Sociale in Italia); e Institut des comptes nationaux (Compte satellite des institutions sans but lucrative 2009-2017).

A Bélgica é um dos estados membros da UE com mais entidades da Economia Social, o que vai ao encontro da grande dimensão da sua Economia (Economie, 2016). A partir da década de 1980, as empresas sociais Belgas começaram a diversificar os seus modelos de negócios e a desenvolver atividades mais comerciais, modernizando-se ao longo dos tempos. Atualmente, o elevado peso da ES na Economia Nacional Belga é ainda mais estimulado através de várias redes que estruturam a Economia Social, representando e defendendo os interesses deste setor, de forma a reconhecer e promover a sua importância para a população (European Commission, 2023).

Em Itália, a Economia Social tem vindo a crescer, principalmente, nos últimos anos. Face à crise financeira, que o país atravessou desde 2007 até 2009, o setor da ES foi essencial no apoio à população numa fase de grande regressão económica (Borzaga et al., 2023).

A Economia Social na Suécia está fortemente enraizada na prestação de serviços públicos, contudo não beneficia de um quadro jurídico consolidado. Apesar da ES ter vindo a assumir um papel preponderante na prestação complementar de serviços de bem-estar Suecos, não lhe é concedido um grande reconhecimento a nível nacional, acabando por, na maioria das vezes, não ser visada nas estratégias nacionais (OECD, 2023).

Apesar do peso da Economia Social na Economia Nacional do Luxemburgo não ser particularmente elevado, desde 2016, este país desenvolveu um estatuto jurídico específico para as empresas deste setor, iniciando-se uma nova abordagem da ES no país. Atualmente, a

Economia Social tem, cada vez mais, um importante papel no tecido económico do Luxemburgo (Luxembourg, 2023).

Na República Checa, após a Segunda Guerra Mundial, devido ao regime comunista, o setor da Economia Social sofreu uma evidente redução, contudo ao longo da década de 1990, observou-se um progressivo aumento do peso deste setor. Nos últimos 10 anos, graças aos programas de financiamento Europeus, a Economia Social Checa foi notavelmente impulsionada, contudo, ainda não foi criada nenhuma lei específica para este setor (European Commission, 2023).

Por fim, a Polónia detém um setor da Economia Social que se encontra atualmente em evolução, apesar do seu passado conturbado similar ao da República Checa. Este setor desempenha atualmente um papel significativo na sociedade Polaca, sendo a sua importância cada vez mais reconhecida pelo seu Governo (Fraczak, 2012). A Polónia devido à Guerra na Ucrânia, recebeu milhares de refugiados, o que evidenciou de uma forma ainda mais notória a importância das instituições da Economia Social, já que as mesmas estiveram e estão na linha da frente no contacto com estes migrantes (Statistical Office, 2023). Contudo, o valor elencado na figura 13 ainda não expressa estas mudanças na geopolítica europeia, uma vez que se refere apenas ao ano de 2018.

2.2. Instituições particulares de solidariedade social (IPSS)

2.2.1. Definição

O conceito de IPSS, tal como é conhecido atualmente, apenas surgiu no pós 25 de abril aquando do surgimento da Constituição da República Portuguesa (artigo n.º 63). A necessidade de responder às carências sociais dos cidadãos acompanhou a expansão do conceito de Economia Social. Desta forma, a Lei n.º 2120 de 19 de julho de 1963, deu origem às Instituições Particulares de Assistência, classificadas como Pessoas Coletivas de Utilidade Pública Administrativa (PCUPA), assumindo as formas de Associações de Beneficentes, Institutos de Assistência, que podiam ou não ser religiosos, ou Institutos de Utilidade Local (Fernandes, 2019).

O estatuto de IPSS foi aprovado em 1979 pelo Decreto-Lei n.º 519-G2/79, de 29 de dezembro, englobando todas as instituições sem fins lucrativos, de iniciativa particular, que prestassem serviços ou prestações da Segurança Social. Em 1983, pelo Decreto-Lei n.º 119/83, de 25 de fevereiro, este estatuto foi alargado aos domínios da saúde, educação, formação profissional e habitação (Fernandes, 2019). Desta forma, o Estado passou a subsidiar estas instituições a partir do Ministério da Segurança Social de modo a que as mesmas pudessem assistir a comunidade, completando as lacunas deixadas pelo próprio Estado. “A relação entre as IPSS e o Estado é regulada por três conjuntos de diplomas legais: a Constituição Portuguesa, a Lei de Bases da Segurança Social e o Estatuto das IPSS” (Ferreira et al., 2021, p.90). As IPSS têm por base o

conceito de solidariedade, sendo que na sua génese deve constar um projeto, que vise suprir as necessidades que pretendem atenuar, de maneira a responder, principalmente, a cidadãos mais vulneráveis (Carvalho Freitas, 2021).

Em 2014, ocorreu a mais recente alteração legislativa relativa às IPSS com o Decreto-Lei n.º 172-A/2014, de 14 de novembro, definindo-as como “(...) as pessoas coletivas, sem finalidade lucrativa, constituídas exclusivamente por iniciativa de particulares, com o propósito de dar expressão organizada ao dever moral de justiça e de solidariedade, contribuindo para a efetivação dos direitos sociais dos cidadãos, desde que não sejam administradas pelo Estado ou por outro organismo público”(Decreto-lei, 2019).

Estas instituições, mediante o Instituto da Segurança Social (2014), devem proporcionar:

- Apoio a crianças e jovens;
- Apoio à família;
- Proteção dos cidadãos na velhice e invalidez e em todas as situações de falta ou diminuição de meios de subsistência ou de capacidade para o trabalho;
- Promoção e proteção da saúde, nomeadamente através da prestação de cuidados de medicina preventiva, curativa e de reabilitação;
- Educação e formação profissional dos cidadãos;
- Resoluções dos problemas habitacionais das populações.

As IPSS atendem as necessidades da população através da prestação de serviços e/ou fornecimento de produtos. Estas instituições parecem ser instrumentos fulcrais na materialização de políticas sociais e para o seu contínuo funcionamento é muito importante assegurar a qualificação dos seus agentes ao nível da sociedade civil local, assim como uma adequada gestão e conciliação política dos projetos que desenvolvem (Pitacas, 2020).

As IPSS unem as vertentes social e económica através do desenvolvimento dos seus projetos de acordo com a oferta e a procura de atividades de apoio social. Estas instituições favorecem a coesão social, uma vez que não apoiam apenas os seus utentes e a economia local, mas também contribuem para a prosperidade de uma população mais abrangente, como é o caso dos familiares e amigos dos utentes. Pode-se dizer que as IPSS podem contribuir para a correção dos desequilíbrios socioeconómicos (Pitacas, 2020).

Atualmente, as instituições particulares de solidariedade social assumem uma grande importância no panorama nacional, agindo através de uma abordagem mais próxima e benéfica para a sociedade, com custos mais reduzidos para o Estado (Decreto-lei, 2019). As IPSS têm também um importante papel na criação de emprego, vindo a ser valorizadas ao longo do tempo graças à

sua capacidade negocial e ao seu peso na Economia, sendo que, atualmente, são as instituições que mais prestam serviços sociais à comunidade (Carvalho Freitas, 2021).

No entanto, estas instituições podem apresentar alguns problemas na sua estrutura de gastos relacionados com um elevado peso dos “Gastos com o pessoal”. Esta complicação, na teoria económica, denomina-se como “Enfermidade de Baumol”, que se caracteriza por:

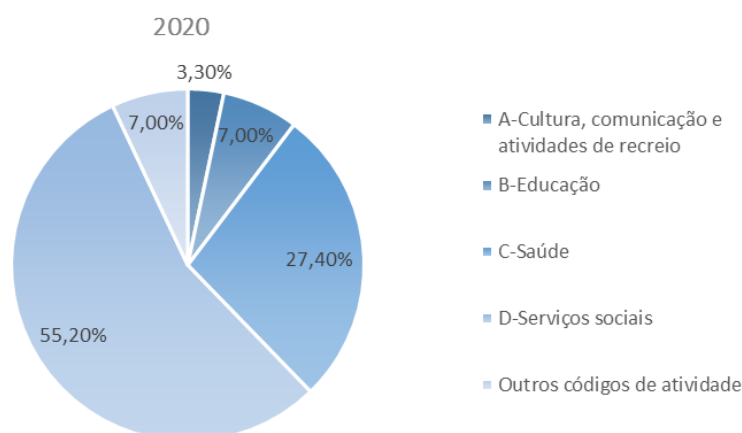
- Nas organizações da Economia Social, a produtividade dos recursos humanos raramente acompanha o ritmo de crescimento deste mesmo fator, no conjunto das restantes atividades económicas. No entanto, as remunerações tendem a seguir o mesmo progresso das demais atividades económicas, o que conduz a um encarecimento relativo dos serviços fornecidos pelas entidades da Economia Social (Mendes, 2018);
- Em consequência do ponto anterior, vai ocorrer um encarecimento dos bens e serviços prestados pelas instituições sociais em relação aos que são gerados no resto da Economia e que essas instituições terão de comprar de forma a garantir a sua atividade (Dimitre, 2014).

Um outro problema relacionado com as IPSS é a permanência do “voluntariado profissional” ou dos “missionários”, que muitas vezes são usados e que justificam os baixos salários e a baixa percentagem de emprego remunerado no setor. Perante esta conjuntura, torna-se complicado, por vezes, reter os trabalhadores destas instituições, já que, naturalmente, procuram empregos remunerados. Posto isto, revela-se de uma grande importância a modernização e profissionalização destas instituições, de forma a diminuir a sua dependência do Estado, a atualizar os seus modelos de gestão e a melhorar a sua capacidade de resposta a solicitações externas (Fernandes, 2019).

Quantificar a importância económica das IPSS pode ser um desafio, já que existem várias falhas na recolha e na estruturação da informação estatística destas instituições, contudo a partir dos relatórios emitidos pela Conta Satélite da Economia Social em Portugal é mais simples aceder a alguns dados estatísticos relevantes (Pitacas, 2020).

Em Portugal, em 2020, do total das entidades da Economia Social, 5 476 instituições detinham o estatuto de IPSS ou equiparada, representando cerca de 7.4% das instituições totais. Estas entidades representaram 44.8% do VAB, 53.3% das remunerações e 62.9% do emprego remunerado. Estes valores elevados espelham o papel preponderante das IPSS na globalidade da Economia Social. As IPSS, no mesmo ano, atuaram principalmente nos serviços sociais, seguindo-se a saúde e a educação, tal como se pode observar na Figura 12 (INE, 2023).

Figura 12-Distribuição (%) das IPSS, segundo a Classificação Internacional de Organizações Sem Fins Lucrativos e do Terceiro Setor.



Fonte: Elaboração própria com base em dados do INE.

Um estudo realizado pela Universidade Católica (Centro Regional do Porto), em 2017, para a Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade Social, permite concluir que cada euro que uma determinada IPSS capta para dentro do seu concelho é multiplicado, em média, por 4.218 euros, já que esse valor é formado dentro do concelho da IPSS, evidenciando o papel crucial das IPSS no desenvolvimento territorial dos municípios a que pertencem (Mendes, 2018). O fornecimento de serviços e oferta de produtos verifica-se fundamentalmente no mesmo município e daí o potencial efeito multiplicador.

A forma de organização e de funcionamento das IPSS, em Portugal, ainda revela algumas características, que tiveram origem no período de ditadura que o país atravessou de 1926 até 1974, tais como a grande influência da Igreja Católica nestas instituições (Fernandes, 2019).

Perante as semelhanças no panorama político, Portugal, Itália e Espanha acabam por partilhar várias similitudes em termos de composição, dimensão e financiamento destas instituições. Apesar dos países do Leste também terem passado por problemas políticos análogos, Portugal acabou por conseguir um maior avanço quanto ao funcionamento e implementação das IPSS, graças à democracia e à adesão à União Europeia em 1986 (Fernandes, 2019).

2.2.2. Classificação das IPSS

As IPSS podem assumir natureza associativa ou natureza fundacional, podendo ser agrupadas em Uniões, Federações ou Confederações (Despacho n.5882-(2) do Ministério Da Solidariedade, Emprego e Segurança Social, 2014).

Segundo o Instituto da Segurança Social (2014), são de natureza associativa:

- As associações de solidariedade social (são, em geral associações com fins de solidariedade social que não revestem qualquer das formas das associações a seguir indicadas);
- As associações de voluntários de ação social;
- As associações de socorros mútuos ou associações mutualistas (estas possuem um regime autónomo – Decreto-Lei n.º 72/90, de 3 de março, que aprovou o Código das Associações Mutualistas e Regulamento de Registo aprovado pela Portaria n.º 135/2007, de 26 de janeiro);
- As irmandades da Misericórdia.

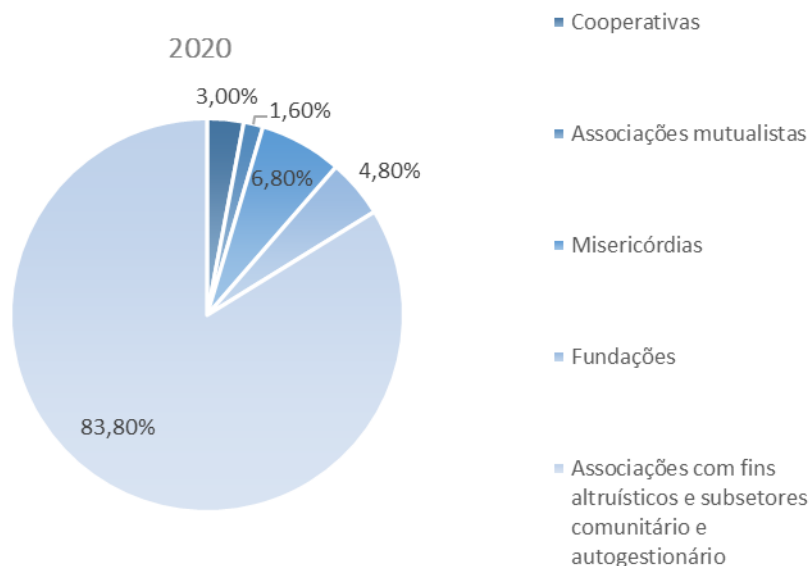
As instituições, que são de natureza fundacional, segundo o Instituto da Segurança Social (2014), são:

- As fundações de solidariedade social;
- Os centros sociais paroquiais e outros institutos criados por organizações da Igreja Católica ou por outras organizações religiosas, sujeitos ao regime das fundações de solidariedade social (art.º 40.º de EIPSS).

As fundações podem ser originadas por via privada ou por decisão de entidades oficiais centrais ou locais, contudo, juridicamente, o procedimento para as fundações de mera utilidade pública ou para as de solidariedade social são diferentes, uma vez que para as primeiras se aplica o Código Civil e para as segundas se aplica o diploma das IPSS (Leite, 2014).

Em 2020, em Portugal, do total das entidades da Segurança Social, que detinham estatuto de IPSS ou equiparada, 83.8% eram Associações com Fins altruísticos, 6.8% eram Misericórdias, 4.8% as Fundações, 3.0% as Cooperativas e 1.6% as Associações Mutualistas, como se pode observar na Figura 13.

Figura 13-Distribuição (%) das IPSS por forma jurídica, 2020.



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do INE.

2.2.3. Instituições equiparadas a IPSS

Podem considerar-se instituições equiparadas a IPSS as Cooperativas de Solidariedade Social e as Casas do Povo, que sigam os objetivos definidos no estatuto das IPSS e que assegurem a legalidade do seu ato de constituição (Instituto Nacional de Estatística, 2023).

Em relação às cooperativas de solidariedade social, a definição em Diário da República remete para:

“...as que, através da cooperação e entajuda dos seus membros, visem, em obediência aos princípios cooperativos e sem fins lucrativos, a satisfação das respetivas necessidades sociais e a sua promoção e integração, nomeadamente no apoio a grupos vulneráveis e famílias e comunidades socialmente desfavorecidas ou em situação de carência económica” (Diário da República, 2023, p.1).

Em termos legais, e através de informação recolhida no *Diário Da República* (n.d.), constata-se que a estas instituições “aplica-se o Estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade Social,

aprovado pelo Decreto-Lei n.º 119/83, de 25 de fevereiro, e respetivas alterações, bem como o Regime Jurídico das Cooperativas de Solidariedade Social, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 7/98, de 15 de janeiro, e respetivas alterações, e ainda, supletivamente o Código Cooperativo, aprovado pela Lei n.º 119/2015, de 31 de agosto, e respetivas alterações”(p.1).

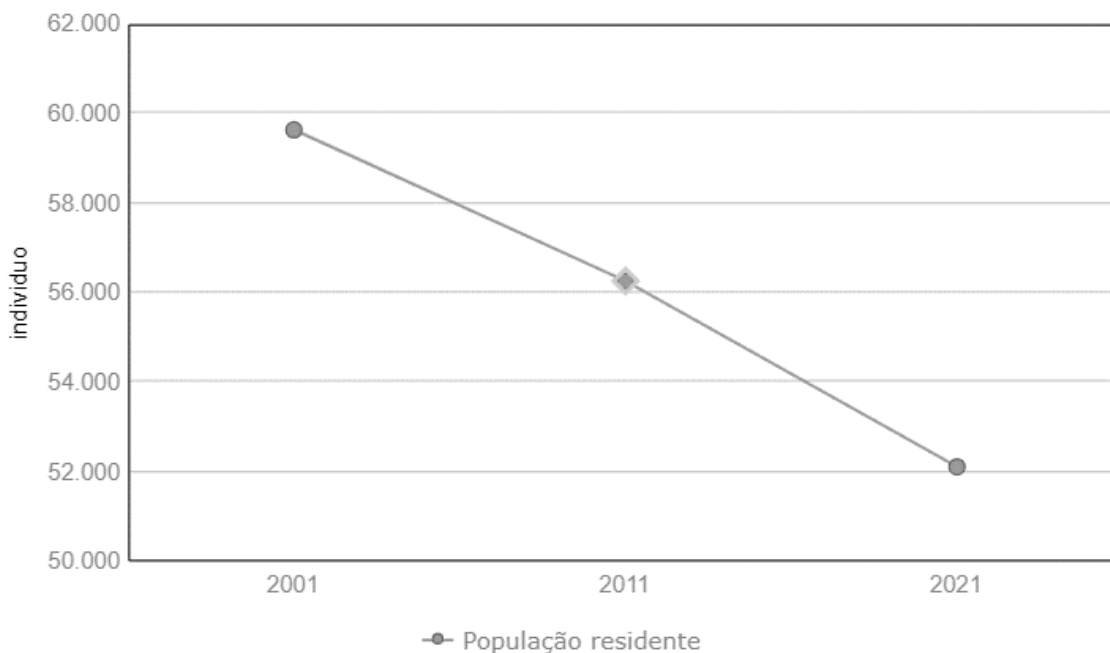
As Casas do Povo, por sua vez, caracterizam-se por serem associações com o estatuto de pessoa coletiva de utilidade pública, cujo objetivo é gerar atividades de cariz social e cultural, colaborando com o Estado e com as Autarquias (Ferreira de Castro, 2008). Estas entidades são pessoas coletivas de utilidade pública, cujo objetivo é a promoção do progresso e da qualidade de vida da população, principalmente as do meio rural (Decreto-Lei Nº4/82 de 11 de Janeiro Do Ministério Dos Assuntos Sociais, 1982).

3. A Economia social em Amarante

3.1. Contextualização do concelho de Amarante

Amarante é um dos 18 concelhos do distrito do Porto, pertencente à sub-região do Tâmega e Sousa da região Norte, localizado na fronteira com o distrito de Vila Real. De acordo com os CENSOS (2021), tem uma população residente de 52 116 habitantes numa superfície de 301 Km². Quando comparado o número de habitantes de 2021 com o mesmo indicador para 2011, observa-se uma diminuição de 7.4% neste concelho, à semelhança da tendência observada noutros municípios do interior do país nos últimos anos. Esta tendência decrescente está representada na Figura 14, apresentada seguidamente:

Figura 14-Evolução da população residente no município de Amarante.

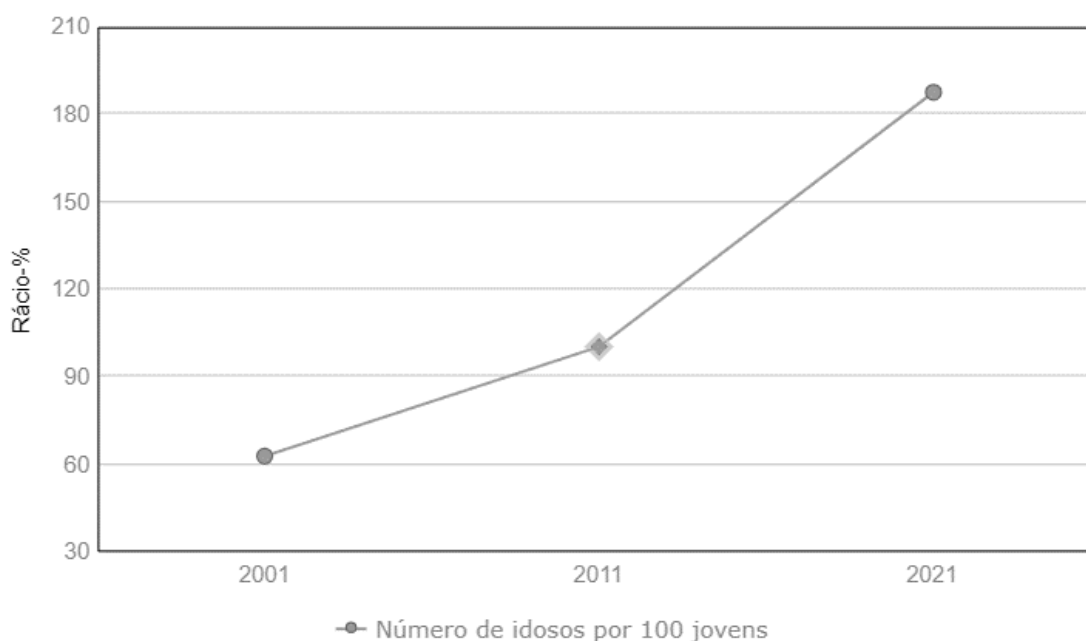


Fonte: INE, PORDATA.

No que diz respeito à distribuição percentual por faixa etária em Amarante, no ano de 2021, segundo o PORDATA (n.d.), apenas 12.0% da população residente era menor de 14 anos, uma percentagem inferior à da média nacional, que se encontra nos 13.1%. Relativamente aos mesmos dados para o ano de 2001, é possível notar uma variação negativa, quer para o município de Amarante, quer para Portugal, sendo que para o primeiro ocorreu uma diminuição de 8.1 pontos percentuais e para o segundo uma contração de 3.1%. Em relação à população idosa (>65 anos), as estatísticas diferem um pouco das anteriormente referidas, uma vez que quando comparadas com o ano de 2001, a tendência é crescente. Assim sendo, em 2021, em Amarante observava-se

uma percentagem de 22.3% de população idosa, representando um aumento de 9.7 pontos percentuais em relação a 2001. Para este indicador, a média do concelho, apesar de elevada e representativa do problema generalizado de envelhecimento, está um pouco abaixo da média nacional, que se encontra nos 23.4%. De forma a perceber a dimensão das percentagens apresentadas, na Figura 15, pode verificar-se o aumento do número de idosos por cada 100 jovens. A tendência, desde 2001, tem sido crescente, sendo que em 2001 por cada 100 jovens existiam 62.9 idosos, em 2011, 100.4 idosos e em 2021, a cada 100 jovens correspondiam 187.6 idosos, o que evidencia o exponencial crescimento da percentagem de população idosa, especialmente, nos últimos 10 anos, no concelho de Amarante.

Figura 15-Rácio do número de idosos, por cada 100 jovens, no município de Amarante.

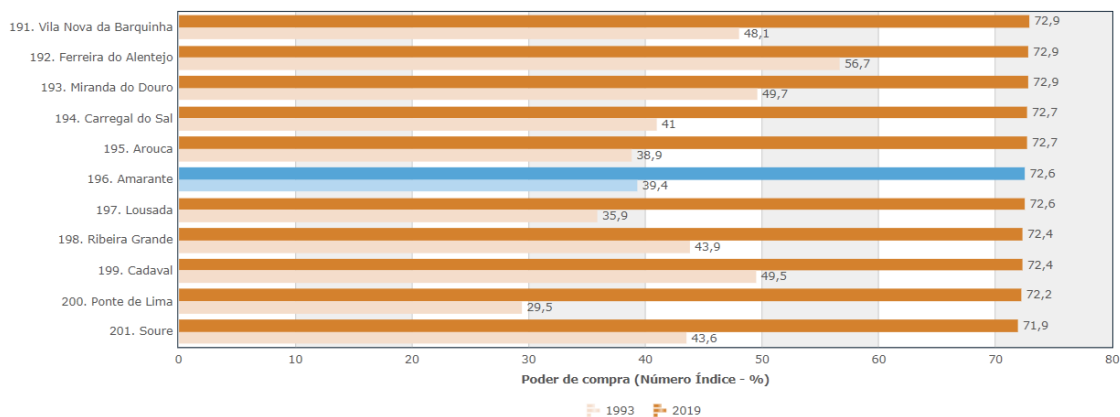


Fonte: INE, PORDATA.

De forma a fazer uma pequena avaliação da Economia do concelho, e reunindo a informação disponibilizada no PORDATA, é possível avaliar o poder de compra *per capita*, sendo que a última informação disponível é relativa ao ano de 2019. Este indicador avalia, segundo a mesma fonte, onde há, em média, por pessoa, maior e menor bem-estar material. Para o município de Amarante, em 2019, o poder de compra per capita era de 72.6%, valor este que se encontra abaixo do valor de referência nacional (100%). Contudo, verificou-se um elevado aumento desde o ano de 1993 (39.4%), salientando uma considerável melhoria no bem-estar material dos habitantes ao longo dos últimos anos. No panorama dos 308 municípios Portugueses, Amarante, no que

concerne ao poder de compra *per capita*, ocupa a posição 196, como pode ser verificado na Figura 16:

Figura 16-Poder de compra, per capita-panorama nacional.



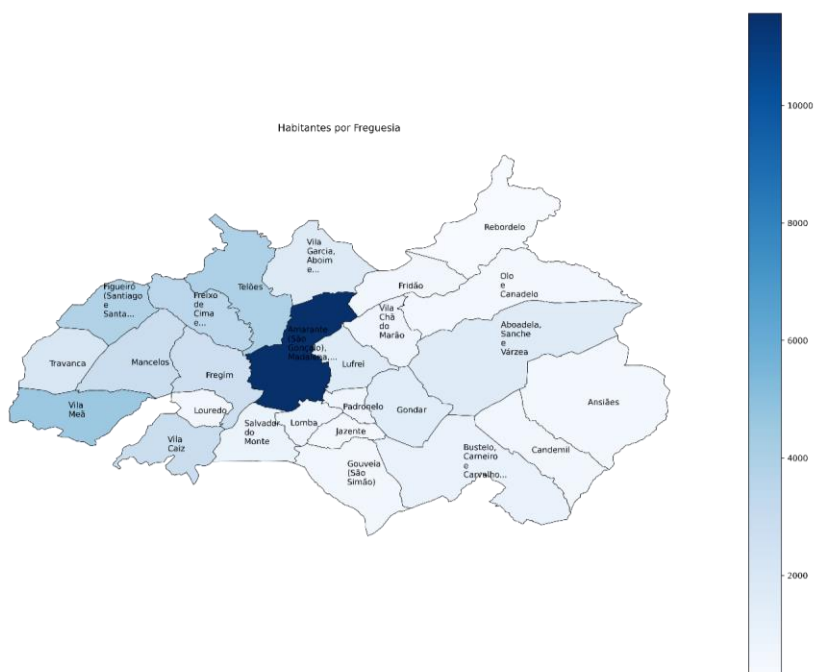
Fonte: INE, PORDATA.

Quando comparado este índice com o valor médio para a sub-região do Tâmega e Sousa (73.7%), Amarante, mais uma vez, encontra-se ligeiramente abaixo deste valor, no entanto, dos 11 municípios que constituem esta região, apenas 4 (Felgueiras, Marco de Canaveses, Paços de Ferreira e Penafiel) se encontram numa posição mais favorável.

Amarante está dividido em 26 freguesias, sendo estas: Vila Meã (Real, Ataíde e Oliveira); Travanca; Figueiró (Santiago e Santa Cristina); Mancelos; Freixo de Cima e de Baixo; Telões; Fregim; Louredo; Vila Caiz; Vila Garcia, Aboim e Chapa; Amarante (São Gonçalo), Madalena, Cepelos e Gatão; Salvador do Monte; Lomba; Jazente; Padronelo; Lufrei; Vila Chã do Marão; Fridão; Gouveia (S. Simão); Rebordelo; Gondar; Ôlo e Canadelo; Aboadela, Sanche e Várzea; Bustelo, Carneiro e Carvalho de Rei; Candemil e, por fim, Ansiães.

Destas 26 freguesias integrantes do concelho, a que apresenta a maior população, segundo os CENSOS (2021), é a freguesia de Amarante (São Gonçalo), Madalena, Cepelos e Gatão, enquanto a que detém um menor número de habitantes é a freguesia de Rebordelo. Na Figura 17 pode ver-se a distribuição da população amarantina pelas diversas freguesias do concelho, de forma a compreender em que zonas do município a concentração populacional é maior ou menor.

Figura 17-População por freguesias do concelho de Amarante, 2021.



Fonte: Elaboração própria com base em dados do INE.

A maioria das freguesias com menor densidade populacional localiza-se junto à Serra do Marão, uma vez que são freguesias mais recônditas, com difíceis acessos e com pouca infraestrutura. Por outro lado, na freguesia de Amarante (São Gonçalo), Madalena, Cepelos e Gatão, habitam, cerca de 11 564 pessoas, agrupando cerca de 22% da população total do concelho numa única freguesia mais centralizada.

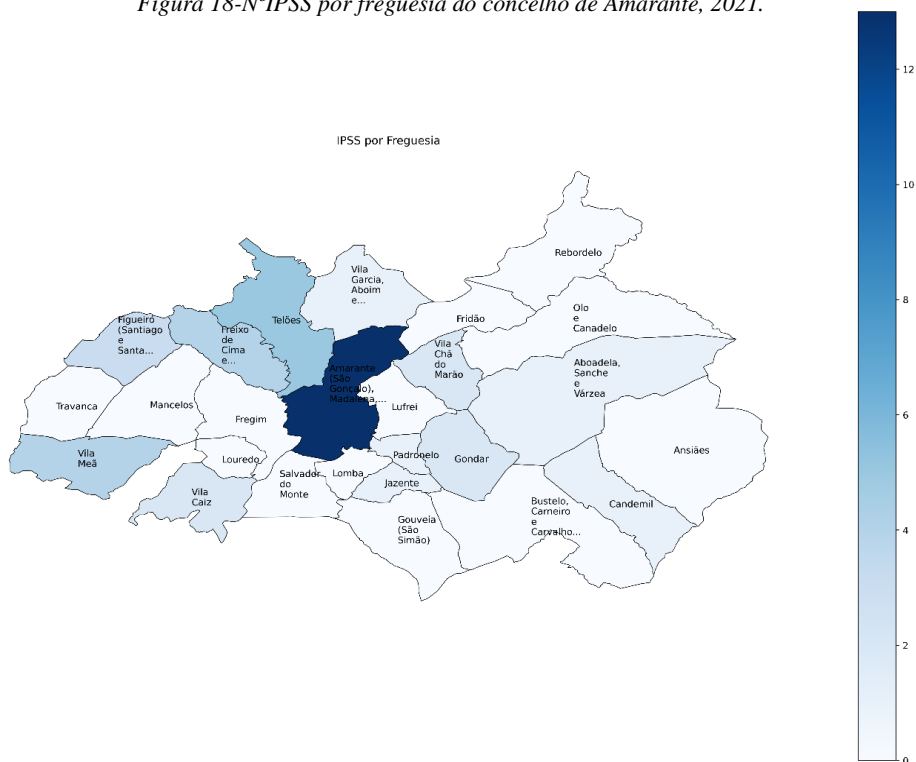
3.2. Economia Social no município de Amarante

De acordo com a página oficial da Câmara Municipal de Amarante, existem, atualmente, neste município 61 entidades da Economia Social, 40 das quais detêm o estatuto de IPSS ou equiparada. Como foi referido no capítulo anterior, a população do concelho de Amarante é de 52 116 pessoas. Posto isto, é possível corroborar que, por cada 1000 habitantes, existem, aproximadamente, 1.17 entidades da Economia Social, sendo que, aproximadamente, 0.77 das quais são IPSS ou equiparadas.

A partir da Figura 18 é possível analisar a distribuição das IPSS pelas diferentes freguesias do concelho de Amarante. O objetivo é verificar se a localização e o número de IPSS e a sua oferta

está relacionada com a população amarantina distribuída pelas várias freguesias, evidenciada na Figura 17.

Figura 18-NºIPSS por freguesia do concelho de Amarante, 2021.



Fonte: Elaboração própria com base em dados do INE.

Das 26 freguesias do concelho de Amarante, cerca de metade não possui nenhuma IPSS ou instituição equiparada no seu território, o que significa que, de acordo com os dados dos CENSOS (2021) para a população destas freguesias, cerca de 14 333 pessoas têm de se deslocar da sua área de residência para terem acesso aos serviços prestados por estas entidades. Mais uma vez, as freguesias mais próximas à Serra do Marão destacam-se por compor, em grande parte, este vasto número de territórios sem IPSS ou entidades equiparadas. Numa primeira instância, estes valores são congruentes com a baixa densidade populacional destas áreas, contudo, revelam também um problema de escassez de recursos sociais para as populações que nelas habitam, contribuindo ainda mais para o seu isolamento social e, igualmente, para a pouca atratividade para possíveis novos residentes, perpetuando as baixas densidades populacionais.

Do total de 40 IPSS e equiparadas do município, cerca de 32.5% destas entidades estão concentradas na freguesia de Amarante (São Gonçalo), Madalena, Cepelos e Gatão. Este elevado número de IPSS neste território vai ao encontro da população que nele reside, já que esta é a freguesia mais populosa do concelho. A freguesia que apresenta um maior rácio de IPSS por cada

1000 habitantes é a freguesia de Vila Chã do Marão, uma vez que há, aproximadamente, 2.42 IPSS para cada 1000 habitantes.

4. Metodologia

Para a realização desta investigação foi aplicada uma metodologia inspirada no relatório “Importância Económica e Social das IPSS em Portugal” de Américo Mendes. A referida análise engloba 565 IPSS, que representavam, cerca de 10% do número total das IPSS portuguesas ativas, em 2017 (Mendes, 2018).

Neste caso, a mesma metodologia será aplicada a uma amostra compreendida geograficamente, uma vez que se pretende estudar a importância económica e social das IPSS, especificamente no concelho de Amarante, para o ano de 2021.

4.1. Recolha de dados

Para esta investigação foi necessário agrupar o conjunto de instituições particulares de solidariedade social e equiparadas, existentes no município de Amarante, numa base de dados com informação específica de cada uma destas entidades. Desta forma, a recolha de dados ocorreu por via de pesquisa, reunião e tratamento da informação de domínio público, disponível na *Web*.

Posto isto, para a recolha de informação, exploraram-se 2 listagens, a primeira disponível no *site* da Segurança Social e a segunda obtida através da *Orbis*.

A partir do site da Segurança Social, consultou-se a:

- Listagem das IPSS registadas em Portugal continental, de onde se retirou, primeiramente, informação relativa às IPSS existentes no distrito do Porto, analisando com maior pormenor as IPSS presentes no município de Amarante. (Aqui é disponibilizada a denominação, a morada, o concelho, o distrito, a forma jurídica, o ano de registo, ou ano de constituição (no caso das associações mutualistas) e o NIPC (número de identificação de pessoa coletiva) para cada IPSS) (Instituto da Segurança Social, 2023).

A partir da *Orbis*, auferiu-se a uma:

- Estratégia de pesquisa por entidades ativas ou em situação desconhecida, em primeiro lugar, para a generalidade do distrito do Porto e, por fim, no caso particular do concelho de Amarante, por atividades de cuidados residenciais e por atividades de serviço social sem alojamento, excluindo instituições sem informação financeira recente e entidades de autoridade pública, estatal ou governamental.

Para ambas as listagens, usou-se como ano de referência o mais recente, que foi possível encontrar, que neste caso, foi 2023. Já no que diz respeito à recolha de dados característicos dos relatórios de contas, apenas foi possível recolher informação relativa ao ano de 2021, uma vez

que este é o ano mais recente com a informação necessária para o desenvolvimento desta metodologia.

Na Tabela 1, agrupou-se a informação relativa ao número de IPSS e instituições equiparadas para o distrito do Porto. De forma a obter este número para cada concelho do distrito, foi necessário conjugar os dados recolhidos através da lista de IPSS disponibilizada pela Segurança Social com os dados recolhidos na *Orbis*, de maneira a adicionar as instituições equiparadas a IPSS a este estudo, já que a Segurança Social não disponibiliza essa lista.

Na listagem concedida pela *Orbis* entram não só as instituições equiparadas a IPSS, como algumas IPSS, que também fazem parte da listagem da Segurança Social. Assim sendo, foi necessário ordenar estas instituições por concelho para seguidamente comparar com as entidades presentes na lista da Segurança Social, eliminando as que poderiam aparecer repetidamente. Conjugando a informação destas duas fontes de dados, chegou-se ao número final de IPSS e equiparadas, presentes na Tabela 1, para o distrito do Porto.

Tabela 1-Distribuição das IPSS e equiparadas existentes no distrito do Porto, em 2023.

Concelhos do Distrito do Porto	Total por Concelho	IPSS e equiparadas no distrito do Porto
Amarante	40	2,77%
Baião	11	0,76%
Felgueiras	28	1,94%
Gondomar	99	6,85%
Lousada	25	1,73%
Maia	80	5,54%
Marco de Canavezes	32	2,21%
Matosinhos	134	9,27%
Paços de Ferreira	25	1,73%
Paredes	43	2,98%
Penafiel	49	3,39%
Porto	439	30,38%
Póvoa de Varzim	42	2,91%
Santo Tirso	44	3,04%
Valongo	45	3,11%
Vila do Conde	49	3,39%
Vila Nova de Gaia	231	15,99%
Trofa	29	2,01%
Total	1445	100,00%

Fonte: Elaboração própria.

Os dados oficiais publicados pela mais recente Conta Satélite da Economia Social, publicada em 2023, com dados relativos a 2019 e 2020 retratam a situação global de Portugal (INE, 2023). Também o Livro sobre a importância económica e social das IPSS em Portugal, de Américo Mendes, aborda a situação geral do país, ainda que numa perspetiva um pouco diferente da Conta Satélite, sendo que os dados utilizados são referentes ao ano de 2017 (Mendes, 2018). Posto isto, a presente investigação acaba por apresentar uma perspetiva regional, neste caso para o concelho de Amarante, e baseada em anos mais recentes.

4.2. Construção da amostra: IPSS e equiparadas

Seguidamente à recolha de dados para Amarante, foi necessário identificar quais instituições dispunham de contas de demonstração de resultados e balanços para o cálculo dos indicadores necessários para o desenvolvimento desta metodologia.

Tal como se pode verificar na Tabela 1, em Amarante estão registadas 40 IPSS e equiparadas, sendo que 17 são instituições particulares de solidariedade social e 23 são instituições equiparadas a IPSS. A informação relevante à análise apenas está disponível para 23 das 40 IPSS e equiparadas. Assim sendo, o estudo prosseguirá para uma amostra de 23 IPSS, que facultaram as respetivas contas de demonstração de resultados e balanços. Assim, conseguiu-se a análise de, aproximadamente, 53% de todas as IPSS e equiparadas do concelho de Amarante.

As 23 instituições, que compõem a amostra, em análise, são:

- ADESCO- Associação para o desenvolvimento comunitário;
- Associação A Terra dos Homens;
- Associação de Beneficência de Vila Meã;
- Santa Casa da Misericórdia de Amarante;
- O infantário/ Creche- O Miúdo;
- Liga Amigos do Hospital de Amarante;
- O bem-estar- Associação de solidariedade social de Gondar;
- Centro local de animação e promoção rural- CLAP;
- Centro social de Jazente;
- Centro Social Vale de Santa Natália;
- Centro social e cultural da paróquia do Divino Salvador de Real;
- Associação Emília Conceição Babo;
- PROGREDIR- Associação para o desenvolvimento rural do Marão Ocidental;
- Fundação do Colégio de São Gonçalo de Amarante;
- Associação Humanitária de Santiago;

- Boavista Lar, LDA;
- Lar os 3 netos da Faia, unipessoal, LDA;
- A Casa do Povo de Telões;
- O Cantinho Sénior da Fatinha, unipessoal, LDA;
- Casa Grande- Cuidados geriátricos, unipessoal, LDA;
- CEDIF- Centro de desenvolvimento infantojuvenil de Figueiró, LDA;
- APQV- Associação Portuguesa da Qualidade de Vida;
- CERCIMARANTE- Cooperativa para a educação e reabilitação de cidadãos com incapacidades, C.R.L.

Na Tabela 2, agruparam-se essas mesmas instituições, por escalões de rendimento, para o ano de 2021.

Tabela 2-Distribuição das 23 IPSS de Amarante por escalão de rendimentos, em 2021.

Escalão de rendimentos total	Nº de IPSS		Rendimentos	
	Nº	%	Euros	%
0-100000	7	30,43%	275 054,81 €	1,71%
100001-200000	4	17,39%	601 199,94 €	3,75%
200001-300000	1	4,35%	204 967,68 €	1,28%
300001-400000	1	4,35%	344744,99	2,15%
400001-500000	2	8,70%	886 580,15 €	5,52%
500001-600000	1	4,35%	541 931,85 €	3,38%
600001-700000	2	8,70%	1 324 103,17 €	8,25%
700001-800000	0	0,00%	0	0,00%
800001-900000	0	0,00%	0	0,00%
900000-1000000	1	4,35%	925 999,07 €	5,77%
Mais de 1000000	4	17,39%	10 947 982,60 €	68,20%
Total	23	100,00%	16 052 564,26 €	100,00%

Fonte: Elaboração própria.

Para 5 das 23 instituições não foi possível obter os dados desagregados do balanço, sendo estas:

- ADESCO- Associação para o desenvolvimento comunitário;
- Santa Casa da Misericórdia de Amarante;
- O infantário/ Creche- O Miúdo;
- Centro social de Jazente;
- Fundação do Colégio de São Gonçalo de Amarante;

E para outras 5 entidades não se conseguiu igualmente a desagregação necessária da sua estrutura de gastos, sendo elas:

- Boavista Lar, LDA;
- Lar os 3 netos da Faia, unipessoal, LDA;
- O Cantinho Sénior da Fatinha, unipessoal, LDA;
- Casa Grande- Cuidados geriátricos, unipessoal, LDA;
- CEDIF- Centro de desenvolvimento infantojuvenil de Figueiró, LDA;

Para 14 das 23 instituições, os Rendimentos nas demonstrações de resultados apenas estavam divididos em Vendas e Prestação de serviços, Variação dos inventários de produção, Trabalhos para a própria entidade, Subsídios, Doações e legados à exploração, Reversões, Ganhos por aumento de justo valor e Outros rendimentos, não se conseguindo distinguir toda a desagregação necessária para o cálculo dos indicadores.

No entanto, a fim de obter para análise uma amostra significativa, foram assumidas as seguintes hipóteses para algumas das organizações para as quais a desagregação da informação disponibilizada não era suficientemente desagregada: para a Associação de Beneficência de Vila Meã, para a Santa Casa da Misericórdia de Amarante, para o Infantário/Creche- O miúdo, para a Liga dos amigos do hospital de Amarante, para o CLAP, para o Centro Social Vale de Santa Natália, para o Centro Social e Cultural da paróquia do Divino Salvador de Real, para a Fundação do Colégio de São Gonçalo de Amarante e para a Casa do Povo de Telões:

1. Como se trata de IPSS, assumiu-se que o valor obtido em “Vendas e prestação de serviços” representa apenas a conta dos “Serviços prestados” na subconta “Mensalidades, inscrições, participações e quotas dos utilizadores”;
2. Em “Subsídios, doações e legados à exploração” considerou-se que o valor provinha inteiramente da Segurança Social, uma vez que a maioria das IPSS depende fortemente de subsídios prestados por esta entidade;
3. Na conta “Outros Rendimentos” considera-se, por defeito, que todo o valor representa “Outros rendimentos (rendimentos de propriedade, etc...)”.

Para o *Boavista Lar*, o *lar Os 3 netos da Faia*, o *Cantinho Sénior da Fatinha* e para a *CEDIF*, a informação recolhida não decorreu de relatório, mas sim da *Orbis*, que apenas dava acesso ao valor das Vendas e aos Rendimentos totais. Posto isto, para estas associações, foi assumido que:

1. O valor das Vendas consiste na conta 71, “Vendas”;
2. O valor restante do Rendimento (Rendimento total - Vendas), como se trata de IPSS, depende grandemente dos Subsídios da Segurança Social. Assim sendo, considera-se na subconta 7511, “Subsídios da Segurança Social”.

A reunião da informação necessária e a análise dos relatórios de contas das IPSS e equiparadas foi um processo moroso pelas dificuldades apresentadas acima, ainda que a amostra não contemple um número elevado de unidades. Muitos dos contratemplos enunciados por Mendes (2018) foram também encontrados na recolha de informações das IPSS e equiparadas no concelho de Amarante. De entre os desafios encontrados, destacam-se:

- Não existe site ou organização/instituição, que tenha compilado os relatórios de contas de todas as IPSS, assim como não se sabe quais instituições disponibilizam os seus relatórios ou onde estão disponíveis. Posto isto, foi necessário procurar esta informação em várias fontes, tendo sido recolhidos relatórios a partir de páginas da *web* oficiais das próprias IPSS, páginas de redes sociais, blogs, plataformas de municípios e da base de dados *Orbis*;
- Foram contactadas as IPSS e equiparadas para as quais não foram encontradas publicamente informações relativas aos seus relatórios de contas, via email e via contacto telefónico, sendo que a informação obtida através desta via foi reduzida. Quando foi possível o contacto, este não significou sempre disponibilização da informação necessária;
- Mesmo as IPSS que publicam os documentos contabilísticos nos seus sites, nem sempre facilitam o acesso aos mesmos;
- Os relatórios disponibilizados, por vezes, são a versão digitalizada dos documentos originais, perdendo qualidade e impossibilitando a leitura de certos resultados relevantes;
- Algumas IPSS disponibilizam apenas um dos documentos: ou o balanço, ou a conta de demonstração de resultados;
- Por vezes, apesar de cederem o balanço e a demonstração de resultados, estes relatórios são apresentados na sua versão resumida sem informação anexa que permita a desagregação das suas subcontas.

4.3. Importância económica da amostra escolhida

Tal como se referiu anteriormente, as 23 IPSS em análise constituem, aproximadamente, 53% da amostra do número total de IPSS e equiparadas do município de Amarante. Na Tabela 3, são enumerados alguns indicadores do peso económico das IPSS, conjuntamente com uma breve definição e a sua respetiva fórmula.

Tabela 3-Fórmulas e definições dos indicadores do peso económico.

Indicadores	Definição	Fórmula
PRODUÇÃO	A produção engloba todos os fatores que agregam valor para uma instituição, como por exemplo, os bens iniciais, as suas formas de execução e os fatores de produção (Nunes, 2017);	Vendas + Variação nos Inventários na produção + Trabalhos para a própria entidade + Subsídios, doações e legados à exploração + Rendimentos suplementares
CONSUMOS INTERMÉDIOS	Valor dos bens e serviços consumidos, agregados no processo de produção (Carvalho, n.d.);	CMVMC + FSE
VAB	“Valor bruto da produção deduzido do custo das matérias-primas e de outros consumos no processo produtivo” (INE, 2021, p.1);	Produção – Consumos intermédios
REMUNERAÇÕES	Total dos proveitos obtidos pelo assalariado pela sua prestação de serviços, em função de um contrato (Júnior, 2014).	Gastos com o pessoal

Fonte: Elaboração própria.

Na Tabela 4, apresentam-se os resultados obtidos para os indicadores do peso económico das 23 IPSS e equiparadas do concelho de Amarante de forma a compreender a relevância económica destas instituições no concelho.

Tabela 4-Indicadores sobre o peso económico das 23 instituições, em estudo, para o ano de 2021.

PRODUÇÃO	CONSUMOS INTERMÉDIOS	VAB	REMUNERAÇÕES
13 033 231,34 €	4 290 035,43 €	8 743 195,91 €	9 847 810,66 €

Fonte: Elaboração própria.

4.4. Especificação da desagregação da conta de demonstração de resultados necessária para o cálculo dos indicadores propostos neste estudo

De forma a avaliar a importância económica das IPSS e instituições equiparadas no concelho de Amarante, seria vantajoso que o relatório de demonstração de resultados destas entidades estivesse desagregado segundo o exemplo exposto na Tabela 5.

Tabela 5-Apresentação da conta de demonstração de resultados com a discriminação das subcontas necessárias para o cálculo dos indicadores propostos neste estudo.

7: RENDIMENTOS	
71+72: Vendas e prestações de serviços	
71: Vendas	
72: Prestações de serviços	
	721: Quotas dos utilizadores
	722: Quotizações e joias
	723+724+725+726+728: Outras prestações de serviços
73: Variação dos inventários na produção	
74: Trabalhos para a própria entidade	
75: Subsídios, doações e legados à exploração	
	751: Subsídios de entidades públicas
	7511: Segurança Social
	7512: Autarquias
	7513: Outras entidades públicas
	752: Subsídios de outras entidades
	753: Doações e heranças
	754: Legados
76: Reversões	
77: Ganhos por aumentos de justo valor	
78: Outros rendimentos	
	781: Rendimentos suplementares
	788: Outros
	7883: Imputação de subsídios para investimentos
	7885: Restituições e consignações de impostos
	7888: Outros não especificados
	78881: Donativos
	78882: Outros
	782+783+784+785+786+787+7881+7882+7884+7886+7887: Outros
79: Juros, dividendos e outros rendimentos similares	
6: GASTOS	
61: Custo dos inventários vendidos e das matérias-primas consumidas	
62: Fornecimentos e serviços externos	
63: Gastos com pessoal	
64: Gastos de depreciação e de amortização	
65: Perdas por imparidade	
66: Perdas por reduções de justo valor	
67: Provisões do período	
68: Outros gastos	
69: Ganhos de financiamento	
8: RESULTADOS	
812: imposto sobre o rendimento do período	
818: Resultado líquido do período	

Fonte: Mendes (2018)

Esta desagregação permitiria distinguir os rendimentos, os gastos e as suas origens, que é o objetivo da metodologia seguida. Assim sendo, segundo Mendes (2018), os rendimentos das organizações podem ser gerados pelas seguintes entidades:

- Pelos seus usuários;
- Por utentes que adquiram bens ou serviços das IPSS;
- Por órgãos públicos, através de subsídios da Segurança Social, de Autarquias Locais ou de outras entidades públicas;
- Por particulares ou outras entidades da sociedade civil.

Primeiramente, segundo Mendes (2018), e sabendo que o objetivo chave das IPSS é proporcionar o acesso a bens e serviços de apoio social a pessoas, que de outra forma, não o conseguiriam pagar, pretende-se através do cálculo da percentagem de pagamentos dos utentes no total dos rendimentos das IPSS, perceber qual o valor, em média, pago pelos utentes destas entidades e qual o montante que terá de ser suportado pela instituição. Assim sendo, aplicou-se a seguinte fórmula:

$$\frac{\textit{Quotas dos utilizadores}}{\textit{Rendimentos}} \times 100$$

Seguidamente, de forma a avaliar a estrutura financeira das IPSS e equiparadas, calcular-se-á a liquidez geral, a autonomia financeira, a taxa de endividamento, a solvabilidade geral e a cobertura dos ativos não correntes, já que através destes rácios será possível obter uma visão geral da situação financeira destas instituições. Ainda nesta abordagem, vai proceder-se à determinação da rendibilidade geral destas instituições, de forma a compreender se, apesar destas instituições não terem como finalidade o lucro, se mantêm eficientes na sua gestão de investimentos.

No capítulo 5.1.3, pretende-se perceber se para as IPSS e equiparadas do concelho de Amarante, à semelhança do que acontece na generalidade destas instituições, ocorre a “Enfermidade de Baumol”, descrita na Revisão de Literatura. Desta forma, através da conta 63 “Gastos com o pessoal”, procurar-se-á calcular a percentagem de pagamentos dos utentes no total dos gastos das IPSS, através da seguinte fórmula:

$$\frac{\textit{Gastos com o pessoal}}{\textit{Gastos}} \times 100$$

Para a estrutura de gastos, a Associação de Beneficência de Vila Meã, no seu relatório, não explicita o valor do Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas, contudo disponibiliza o valor de Vendas e Serviços prestados, dos Fornecimentos e Serviços Externos, dos Gastos com o pessoal e do EBITDA. Desta forma, usou-se o valor do EBITDA para o cálculo do CMVMC:

$$\text{EBITDA} = \text{Vendas e Serviços Prestados} - \text{FSE} - \text{Gastos com o pessoal} - \text{CMVMC}.$$

Por fim, ainda através da forma desagregada de rendimentos e gastos, exposta na Tabela 5, pretende-se constatar a proporção de contribuições voluntárias da sociedade civil, em dinheiro e em espécie, na totalidade dos rendimentos. Com este intuito, aplicar-se-á a seguinte expressão:

$$\frac{\textit{Subsídios de entidades privadas} + \textit{Donativos} + \textit{Doações e heranças}}{\textit{Rendimentos}} \times 100$$

4.5. Serviços prestados e serviços vendidos pelas IPSS

Um dos objetivos do presente estudo é a avaliação do impacto social das IPSS no concelho de Amarante. As formas encontradas para desenvolver esta análise passaram por perceber quais as freguesias do município com equipamentos sociais das IPSS e qual a proporção de regiões onde estas entidades acabam por ser os únicos equipamentos sociais disponíveis, possibilitando a perceção da importância destas instituições na resposta social às necessidades da população e na contribuição das mesmas para a coesão social, permitindo a chegada de respostas sociais a locais, onde de outra forma, não teriam chegado.

Para se calcular as percentagens de freguesias com equipamentos sociais das IPSS e de freguesias que só têm equipamentos sociais das IPSS, teve de se proceder à coleta de dados no *site* da Carta Social (Carta Social, 2023).

Para este cálculo de percentagens, consultou-se no *site*, para cada resposta social e para cada freguesia, o número de equipamentos existentes, compilando-os por instituições, que são propriedade do setor público, propriedade das IPSS ou entidades lucrativas.

Depois de agrupar as instituições propriedade do setor público com as entidades lucrativas, por freguesia do concelho de Amarante, elaborou-se uma tabela com estes dados e com o número de IPSS presentes em cada uma dessas freguesias. Para essa tabela, usou-se a amostra inicial de 40 IPSS e equiparadas no município de Amarante, e não a amostra em estudo, de 23 instituições, de forma a não tirar conclusões erradas sobre a presença de IPSS em certas freguesias.

Através da Carta Social, recolheu-se informação relativa às respostas sociais para a Infância e Juventude, para a População Adulta, para a Família e Comunidade e em relação a respostas pontuais. No entanto, para alguns subtópicos dentro destes mencionados não existiam resultados para a localização pretendida.

4.6. Cálculo do multiplicador do rendimento local e da subsídio pública

No capítulo 4.4 foram referidas diversas formas de avaliar a importância económica, assim sendo, ainda nessa perspectiva serão calculados os multiplicadores do rendimento local e da subsídio pública.

O cálculo destes multiplicadores permitirá compreender como os rendimentos das IPSS vão contribuir para a Economia local, sendo este cálculo um dos principais contributos deste estudo.

Para o cálculo do multiplicador do rendimento local, usou-se os valores dos gastos, elencados na tabela de demonstração de resultados para 2021, excetuando os “Gastos/Reversões de depreciação e amortização”, “Perdas por imparidades”, “Perdas por redução de justo valor”, “Aumento das provisões”, “Juros e rendimentos similares suportados”, “Imposto sobre o rendimento do período” e “Outros gastos”. Não se incluíram estas subcontas no cálculo do multiplicador, uma vez que não correspondem a pagamentos líquidos ligados à atividade de exploração, não contribuindo diretamente para a Economia do concelho, uma vez que não ficam retidos nesta região.

Neste caso, apenas se pretende apurar para onde vai o dinheiro despendido na atividade de exploração, ou seja, o valor que será pago a pessoas e entidades por parte das IPSS para que continuem a assegurar o seu funcionamento. Assim sendo, aplicou-se a seguinte fórmula:

$$\frac{\textit{Gastos com pessoal} + \textit{CMVMC} + \textit{FSE}}{\textit{Rendimentos} - \textit{Subsídios do Estado e de outro entes públicos}}$$

No caso do multiplicador da subsídio pública, pretende-se perceber quanto se multiplicam os subsídios do Estado e de outros entes públicos recebidos pelas IPSS na região. Para este cálculo, utilizou-se a seguinte fórmula:

$$\frac{\textit{Gastos com o pessoal} + \textit{CMVMC} + \textit{FSE}}{\textit{Subsídios do Estado e de outro entes públicos}}$$

5. Resultados Empíricos

Nesta capítulo serão apresentados os resultados obtidos através dos cálculos referidos anteriormente. Estes cálculos foram efetuados para as 23 IPSS e equiparadas do município de Amarante, explicitadas na abordagem metodológica.

De realçar que alguns dos resultados obtidos podem conter enviesamentos por não ter sido possível desagregar da forma pretendida os relatórios de demonstração de resultados e balanços de todas as instituições, que constituem a amostra.

5.1. Discussão dos resultados

5.1.1. Percentagem de pagamentos dos utentes no total dos rendimentos das IPSS

Tal como referido na abordagem metodológica, as IPSS e equiparadas cobram um valor acessível à capacidade financeira do utente, podendo, no limite, este custo ser nulo para o seu utilizador (Mendes, 2018).

Tabela 6-Estrutura de rendimentos e gastos, em 2021, das 23 IPSS do concelho de Amarante.

		Nº IPSS	23	
Estrutura dos rendimentos (% do total de rendimentos)	Vendas e Prestações de serviços	Total	42,30%	
		Vendas	3,68%	
		Prestação de Serviços	Total	38,62%
			Mensalidades, inscrições, participações e quotas dos utilizadores	38,56%
			Quotizações e jónias dos associados	0,03%
	Serviços secundários, promoções para a captação de recursos, rendimentos de patrocinadores, IVA de serviços com imposto incluído e descontos e abatimentos		0,03%	
	Variação nos inventários de produção		0,00%	
	Trabalhos para a própria entidade		0,00%	
	Subsídios, doações e legados à exploração	Subsídios do Estado e de outras entidades públicas	Total	50,60%
			Total	49,63%
			Segurança Social	40,28%
			Outras entidades da administração central e institutos públicos	8,70%
			Autarquias	0,65%
		Subsídios de entidades privadas		0,00%
		Doações e heranças		0,97%
Legados			0,00%	
Reversões de imparidades de dívidas, de depreciações e amortizações e de provisões			0,00%	
Ganhos por aumento de justo valor			0,01%	
Juros e rendimentos similares obtidos		0,11%		
Outros rendimentos	Total		6,98%	
	Imputação de subsídios e doações para o investimento		0,64%	
	Donativos		0,27%	
	Consignações e restituição de impostos		0,05%	
	Outros rendimentos (rendimentos de propriedade, etc...)		6,02%	
Estrutura dos gastos (% do total dos gastos)	Custos das mercadorias vendidas e das matérias-primas consumidas		8,85%	
	Fornecimentos e serviços externos		19,80%	
	Gastos com o pessoal		65,06%	
	Gastos/Reversões de depreciação e amortização		5,65%	
	Perdas por imparidades		0,02%	
	Perdas por redução de justo valor		0,00%	
	Aumento das provisões		0,00%	
	Juros e rendimentos similares suportados		0,26%	
	Imposto sobre o rendimento do período		0,01%	
	Outros gastos		0,35%	

Fonte: Elaboração própria.

A Tabela 6 teve origem na recolha de dados através das demonstrações de resultados, disponibilizadas pelas instituições em estudo. Esta tabela descreve, de forma agregada, a estrutura da demonstração de resultados das 23 entidades analisadas de todas as freguesias do município de Amarante. Em anexo estão elementos sobre a estrutura de rendimentos de cada uma das 23 IPSS consideradas no estudo.

Na Tabela 7 temos a média do agregado da percentagem dos pagamentos dos utentes no total dos rendimentos para as diversas freguesias do concelho de Amarante:

Tabela 7-Percentagem dos pagamentos dos utentes no total de rendimentos das IPSS do concelho de Amarante, em 2021.

		Nº Instituições	Média do Agregado	Mediana
Freguesias do Concelho de Amarante	Aboadela, Sanche e Várzea	0	n.a.	n.a.
	Amarante (São Gonçalo), Madalena, Cepelos e Gatão	8	42,00%	23,79%
	Ansiães	0	n.a.	n.a.
	Bustelo, Carneiro e Carvalho de Rei	0	n.a.	n.a.
	Candemil	1	34,89%	34,89%
	Figueiró (Santiago e Santa Cristina)	2	33,04%	33,04%
	Fregim	0	n.a.	n.a.
	Freixo de Cima e de Baixo	2	2,51%	2,51%
	Fridão	0	n.a.	n.a.
	Gondar	1	34,97%	34,97%
	Jazente	1	41,48%	41,48%
	Lomba	0	n.a.	n.a.
	Louredo	0	n.a.	n.a.
	Lufrei	0	n.a.	n.a.
	Mancelos	0	n.a.	n.a.
	Olo e Canadelo	0	n.a.	n.a.
	Padronelo	0	n.a.	n.a.
	Rebordelo	0	n.a.	n.a.
	Salvador do Monte	0	n.a.	n.a.
	São Simão de Gouveia	0	n.a.	n.a.
	Telões	3	40,34%	24,54%
	Travanca	0	n.a.	n.a.
	Vila Caiz	0	n.a.	n.a.
Vila Chã do Marão	1	37,26%	37,26%	
Vila Garcia, Aboim e Chapa	1	34,30%	34,30%	
Vila Meã (Real, Ataíde e Oliveira)	3	31,54%	0,88%	
IPSS	15	45,80%	33,04%	
Equiparadas a IPSS	8	18,76%	18,00%	
Total do Concelho		23	38,56%	32,76%

Fonte: Elaboração própria.

Através da análise da Tabela 7, é possível constatar que a percentagem do pagamento dos utentes (subconta 721 das “Mensalidades, inscrições, participações e quotas dos utilizadores”) no

total de rendimentos das 23 IPSS instituídas no concelho de Amarante tem um valor central de, aproximadamente, 33% (média de 38.56% e mediana de 32.76%, como a mediana é uma medida menos influenciada por valores extremos que a média, usar-se-á o valor dessa grandeza para o agregado do concelho). Desta forma, por cada euro que um utente consegue pagar a uma IPSS do município de Amarante, esta entidade tem de arranjar, aproximadamente, 2€.

Esta percentagem não varia consideravelmente de freguesia para freguesia, sendo semelhante em, praticamente, todas as regiões, exceto Freixo de Cima e de Baixo, onde este valor é abruptamente mais reduzido que nas restantes freguesias do concelho. No entanto, não é possível explicar esta variação com base em fatores da geografia económica, uma vez que, tendo em conta a realidade desta freguesia, não se encontra nenhum fator que explique esta variação. Por outro lado, esta oscilação pode estar relacionada com a natureza jurídica das instituições sociais deste concelho, já que ambas as entidades desta freguesia são instituições equiparadas a IPSS.

Em termos de forma jurídica, pode-se constatar que as IPSS têm uma percentagem dos pagamento dos utentes no total dos rendimentos muito superior à das instituições equiparadas a IPSS.

5.1.2. Estrutura financeira e rendibilidade das IPSS

A percentagem de IPSS e instituições equiparadas, presentes nesta investigação, que apresentaram resultados líquidos negativos foi de 34.78%, em 2021, o que é bastante elevado.

No que diz respeito ao EBITDA, ou seja, aos resultados operacionais antes de amortizações, juros e impostos, a percentagem de instituições com este indicador negativo é menor que a mesma percentagem para o resultado líquido, contudo, permanece relativamente elevada, nos 21.74%.

Mesmo com estas percentagens elevadas, para a generalidade do universo das 23 IPSS, em análise, encontra-se um bom nível de liquidez geral, baixas taxas de endividamento e um bom rácio de solvabilidade geral, tal como se verifica na Tabela 8.

Tabela 8-Rácios económicos e financeiros das IPSS deste estudo, em 2021.

Rácios económicos e financeiros	Fórmula	Definição	Valor de referência	Valor do rácio
Liquidez Geral	$\frac{\textit{Ativo Corrente}}{\textit{Passivo Corrente}}$	A liquidez geral refere-se à capacidade que uma certa empresa tem, no curto ou longo prazo, de pagamento das suas dívidas (Weeks, 2015).	>100%	284,14%
Autonomia Financeira	$\frac{\textit{Fundos patrimoniais}}{\textit{Ativo}}$	A autonomia financeira “mede a percentagem do ativo das empresas que é financiada por capitais próprios. Um aumento da autonomia financeira sugere um reforço da capitalização das empresas”(Banco de Portugal, 2023, p.1).	>30%	67,54%
Taxa de endividamento	$\frac{\textit{Fundos patrimoniais}}{\textit{Ativo}}$	A taxa de endividamento é o “grau de participação de capitais alheios no financiamento da empresa” (Gabinete de estratégia e estudos, 2019)	<400%	148,06%
Solvabilidade Geral	$\frac{\textit{Fundos patrimoniais}}{\textit{Passivo}}$	A solvabilidade geral permite comparar a proporção dos capitais investidos pelos sócios/acionistas com o total dos capitais alheios (Farias, 2016).	>50%	208,09%
Cobertura dos ativos não correntes	$\frac{\textit{Fundos patrimoniais} + \textit{Passivo não corrente}}{\textit{Ativo não corrente}}$	A cobertura dos ativos não correntes “valida se os Capitais Próprios e o Passivo Não Corrente cobrem, no mínimo, o montante do Ativo não corrente”(Farias, 2016, p.10).	>100%	146,30%

Fonte: Elaboração própria.

Uma liquidez > 100% representa uma boa capacidade da empresa para cumprir as suas obrigações, enquanto o contrário indica possíveis problemas no futuro da entidade (Weeks, 2015). Deste modo, sendo que o rácio da liquidez geral para as IPSS do concelho de Amarante é 284.14%, é possível constatar que, em média, por cada euro que uma instituição tenha em dívida, terá disponível, aproximadamente, 2.84€.

O rácio de autonomia financeira deve situar-se, idealmente, entre os 30% e os 60%(Banco de Portugal, 2023). Neste caso, um índice de autonomia financeira de 67.54% pode determinar uma rentabilidade financeira de capitais próprios mais baixos. Isto poderá ser problemático no caso de sociedades financeiras, contudo, no caso das IPSS não parece um obstáculo.

Sendo que a taxa de endividamento deve ser <400% e este rácio para as instituições, que constituem a amostra, é de 148.06%, pode-se constatar que estas entidades não apresentam uma proporção de financiamento externo muito superior ao seu capital próprio (Gabinete de estratégia e estudos, 2019).

Um rácio de solvabilidade geral de 208.09% indica que as instituições analisadas têm uma boa capacidade de fazer face às suas responsabilidades correntes.

Por fim, relativamente ao rácio da cobertura dos ativos não correntes, por este ser superior a 100%, é possível que concluir que, em média, as IPSS e equiparadas do concelho de Amarante, detêm valores de Capital Próprio e de Passivos Não Corrente que cobrem, no mínimo, o montante do Ativo não corrente (Farias, 2016).

Na Tabela 9 está descrita a rentabilidade dos capitais próprios das 23 instituições e seus respetivos elementos constitutivos.

Tabela 9-Taxa de rentabilidade dos capitais próprios e dos seus elementos constitutivos nas IPSS deste estudo, em 2021.

23 IPSS	
Rendibilidade dos capitais próprios (Resultado liquido/ Fundos patrimoniais)= (1)x(2)x(3)x(4)x(5)x(6)	1,38%
(1) Efeito fiscal (Resultado liquido/ Resultado antes de impostos ou EBT)	1,00
(2) Efeito dos juros suportados (Resultado antes de impostos ou EBT/ Resultado antes de imposto e juros suportados ou EBIT)	0,96
(3) Efeito das amortizações e depreciações (Resultado antes de impostos e de juros suportados ou EBIT/EBITDA)	0,46
(4a) Rendibilidade operacional das vendas e prestações de serviços (EBITDA/Vendas e prestações de serviços)	24,15%
(4b) Rendibilidade operacional das vendas e prestações de serviços e de subsídios, doações e legados à exploração (EBITDA/(Vendas e prestações de serviços+Subsídios e legados à exploração))	11,12%
(5a) Rotação do ativo (Vendas e prestações de serviços/ Ativo)	0,15
(5b) Rotação do ativo ((Vendas e prestações de serviços+Subsídios, doações e legados à exploração)/Ativo)	0,30
(6) Taxa de endividamento ou Alavancagem financeira (Ativo/Fundos patrimoniais)	148,06%
Nº Organizações com EBITDA negativo	5 em 23 (21,74%)
Nº Organizações com resultado liquido negativo	8 em 23 (34,78%)

Fonte: Elaboração própria.

De acordo com Mendes (2018), foram assumidas duas versões para a rotação de ativos: a opção (5a) é adequada a empresas com fim lucrativo, enquanto a (5b) é a mais indicada à especificidades das IPSS, que são entidades, como já se referiu, que apenas cobram ao utente o que este conseguir pagar. Os preços praticados pelas IPSS acabam por ficar abaixo do valor dos custos de produção, então estas entidades vão colmatar esta problemática recorrendo a financiamento público e a doações (Mendes, 2018).

A rentabilidade dos capitais próprios refere-se à capacidade que uma determinada entidade tem de gerar lucro utilizando os seus próprios recursos (Coimbra et al, 2017). Em média, a rentabilidade dos capitais próprios para as IPSS do concelho de Amarante é de 1.38%, o que significa que, por cada 100 euros de capital próprio, são obtidos 1.38€ de lucro. Como era de esperar, este valor é bastante reduzido, uma vez que estas instituições não têm como objetivo o lucro.

5.1.3. Percentagem dos gastos com pessoal no total dos gastos das IPSS

Como foi possível observar no capítulo 5.1, a componente que mais se destaca na estrutura de gastos corresponde aos gastos com o pessoal, assumindo uma percentagem de 65.06%, que quando comparada com as percentagens das restantes rubricas, se destaca numa grande proporção, podendo até causar problemas relacionados com a sustentabilidade da instituição. Este problema já foi descrito na Revisão de literatura e designa-se por “Enfermidade de Baumol”.

Neste caso, importa focar nas IPSS, constatando que o impacto negativo, que advém dos elevados gastos com o pessoal, será tanto maior quanto maior o peso dos mesmos na estrutura total dos seus gastos (Mendes, 2018).

Tabela 10-Percentagem dos gastos com o pessoal no total dos gastos das 23 IPSS do concelho de Amarante, em 2021.

	Nº Instituições	Média do agregado	Mediana
Aboadela, Sanche e Várzea	0	n.a.	n.a.
Amarante (São Gonçalo), Madalena, Cepelos e Gatão	8	77,27%	75,93%
Ansães	0	n.a.	n.a.
Bustelo, Carneiro e Carvalho de Rei	0	n.a.	n.a.
Candemil	1	58,62%	58,62%
Figueiró (Santiago e Santa Cristina)	2	59,70%	59,70%
Fregim	0	n.a.	n.a.
Freixo de Cima e de Baixo	2	51,44%	51,44%
Fridão	0	n.a.	n.a.
Gondar	1	67,15%	67,15%
Jazente	1	71,77%	71,77%
Lomba	0	n.a.	n.a.
Louredo	0	n.a.	n.a.
Lufrei	0	n.a.	n.a.
Mancelos	0	n.a.	n.a.
Olo e Canadelo	0	n.a.	n.a.
Padronelo	0	n.a.	n.a.
Rebordelo	0	n.a.	n.a.
Salvador do Monte	0	n.a.	n.a.
São Simão de Gouveia	0	n.a.	n.a.
Telões	3	52,38%	70,18%
Travanca	0	n.a.	n.a.
Vila Caiz	0	n.a.	n.a.
Vila Chã do Marão	1	59,80%	59,80%
Vila Garcia, Aboim e Chapa	1	69,00%	69,00%
Vila Meã (Real, Ataíde e Oliveira)	3	49,01%	65,61%
IPSS	15	59,67%	67,15%
Equiparadas a IPSS	8	73,75%	84,97%
Total do Concelho	23	65,06%	68,15%

Fonte: Elaboração própria.

Na Tabela 10, apresentada anteriormente, são elencadas as percentagens de gastos com o pessoal, por freguesias do concelho de Amarante e por diferenciação entre IPSS e instituições equiparadas a IPSS.

Conhecendo a realidade das freguesias do concelho de Amarante, não parece possível identificar nenhuma razão de geografia económica que justifique a variação das percentagens dos gastos com pessoal nas diferentes freguesias do concelho de Amarante. A diferença significativa das percentagens das IPSS (59.67%) em relação às instituições equiparadas a IPSS (73.75%), pode dever-se à falta de informação relativa à estrutura de gastos destas últimas entidades. Assim, os valores usados para a totalidade dos gastos podem apresentar alguns enviesamentos por, no caso

destas instituições, apenas incluírem os CMVMC, os FSE e os gastos com o pessoal, dando origem a percentagens mais elevadas do peso dos gastos com o pessoal na totalidade dos gastos.

5.1.4. Freguesias do concelho de Amarante com equipamentos sociais das IPSS

Com base nos dados recolhidos através da Carta Social, aufere-se que das 26 freguesias do concelho de Amarante, 13 delas têm, pelo menos, uma instituição de solidariedade social ou equiparada na sua área administrativa, tal como é demonstrado na Tabela 11.

Tabela 11-Percentagem de freguesias com equipamentos sociais das IPSS, segundo a Carta Social, no concelho de Amarante, em 2023.

Freguesias do concelho de Amarante	IPSS
Aboadela, Sanche e Várzea	1
Amarante (São Gonçalo), Madalena, Cepelos e Gatão	13
Ansiães	0
Bustelo, Carneiro e Carvalho de Rei	0
Candemil	1
Figueiró (Santiago e Santa Cristina)	3
Fregim	0
Freixo de Cima e de Baixo	4
Fridão	0
Gondar	2
Jazente	1
Lomba	0
Louredo	0
Lufrei	0
Mancelos	0
Olo e Canadelo	0
Padronelo	1
Rebordelo	0
Salvador do Monte	0
Gouveia (S. Simão)	0
Telões	5
Travanca	0
Vila Caiz	2
Vila Chã do Marão	2
Vila Garcia, Aboim e Chapa	1
Vila Meã (Real, Ataíde e Oliveira)	4
% Freguesias com equipamentos sociais das IPSS, segundo a Carta Social, para 2023	13/26=50,00%

Fonte: Elaboração própria.

Este indicador revela a importância económica e social das IPSS face à oferta de proximidade de serviços de apoio social, permitindo que os utentes reduzam os custos de deslocação para aceder a estes serviços, prestados pelas IPSS.

Apesar da grande quantidade de IPSS e instituições equiparadas, no concelho de Amarante, e de as mesmas estarem distribuídas por 50% das freguesias, pertencentes ao município, é de notar que metade das freguesias do concelho não têm nenhuma IPSS para responder às necessidades dos seus habitantes, uma vez que grande parte deste número está concentrado, por exemplo, na freguesia de Amarante (São Gonçalo), Madalena, Cepelos e Gatão, dando resposta ao facto de esta ser, de longe, a freguesia mais populosa do concelho. Contudo, é importante notar que cerca de 30% da população do concelho de Amarante tem de se deslocar para fora da sua freguesia para aceder a equipamentos sociais das IPSS.

5.1.5. Presença das IPSS em freguesias, onde não existe mais nenhuma outra oferta de serviços de apoio social

De forma a completar a informação prestada no capítulo anterior, desenvolveu-se a Tabela 12, através da qual é possível compreender o contributo das IPSS e instituições equiparadas para a coesão territorial, em termos de estarem presentes em freguesias, onde não existe mais nenhuma entidade a prestar serviços sociais nessas determinadas áreas administrativas.

A partir da tabela, pode-se apurar que em 15.38% das freguesias do concelho de Amarante, as IPSS e instituições equiparadas são a única resposta social, que a população tem ao seu dispor, sendo elas Candemil, Jazente, Padronelo e Vila Chã do Marão, onde habitam, segundo os CENSOS (2021), cerca de 2 700 pessoas. Estes dados evidenciam a importância económica e social das IPSS no concelho, em análise, colmatando as lacunas deixadas por outras entidades sociais.

Tabela 12-Percentagem de freguesias com equipamentos sociais só das IPSS, segundo a Carta Social, no concelho de Amarante, em 2023.

Freguesias do concelho de Amarante	IPSS	Outras entidades sociais
Aboadela, Sanche e Várzea	1	1
Amarante (São Gonçalo), Madalena, Cepelos e Gatão	13	5
Ansiães	0	0
Bustelo, Carneiro e Carvalho de Rei	0	0
Candemil	1	0
Figueiró (Santiago e Santa Cristina)	3	2
Fregim	0	1
Freixo de Cima e de Baixo	4	2
Fridão	0	1
Gondar	2	1
Jazente	1	0
Lomba	0	0
Louredo	0	1
Lufrei	0	0
Mancelos	0	1
Olo e Canadelo	0	0
Padronelo	1	0
Rebordelo	0	0
Salvador do Monte	0	0
Gouveia (S. Simão)	0	0
Telões	5	1
Travanca	0	1
Vila Caiz	2	1
Vila Chã do Marão	2	0
Vila Garcia, Aboim e Chapa	1	1
Vila Meã (Real, Ataíde e Oliveira)	4	2
% Freguesias com equipamentos sociais só das IPSS, segundo a Carta Social, para 2023	4/26=15,38%	

Fonte: Elaboração própria.

5.1.6. Percentagem de contribuições voluntárias da sociedade civil no total de rendimentos das IPSS

As IPSS caracterizam-se por estimularem as contribuições voluntárias de pessoas e entidades da sociedade civil de forma a cobrirem os seus custos de ação e a incentivarem a coesão social (Mendes, 2018).

Na Tabela 13, consideraram-se os subsídios de entidades privadas, os donativos e as doações e heranças. Incluiu-se também os valores de donativos e doações que estavam registados na conta de “Outros rendimentos” e não só os que estavam elencados em “Subsídios, doações e legados à exploração”. Através da tabela, compreende-se que para as freguesias do município de Amarante a percentagem de contribuições voluntárias, no total dos rendimentos das IPSS, ainda é bastante reduzida.

Tabela 13-Percentagem dos subsídios e donativos de pessoas e entidades privadas no total de rendimentos das 23 IPSS do concelho de Amarante, em 2021.

		Nº Instituições	Média do agregado	Mediana
Freguesias do Concelho de Amarante	Aboadela, Sanche e Várzea	0	n.a.	n.a.
	Amarante (São Gonçalo), Madalena, Cepelos e Gatão	8	2,77%	0,17%
	Ansiães	0	n.a.	n.a.
	Bustelo, Carneiro e Carvalho de Rei	0	n.a.	n.a.
	Candemil	1	29,17%	29,17%
	Figueiró (Santiago e Santa Cristina)	2	24,82%	24,82%
	Fregim	0	n.a.	n.a.
	Freixo de Cima e de Baixo	2	0,00%	0,00%
	Fridão	0	n.a.	n.a.
	Gondar	1	0,00%	0,00%
	Jazente	1	0,00%	0,00%
	Lomba	0	n.a.	n.a.
	Louredo	0	n.a.	n.a.
	Lufrei	0	n.a.	n.a.
	Mancelos	0	n.a.	n.a.
	Olo e Canadelo	0	n.a.	n.a.
	Padronelo	0	n.a.	n.a.
	Rebordelo	0	n.a.	n.a.
	Salvador do Monte	0	n.a.	n.a.
	São Simão de Gouveia	0	n.a.	n.a.
	Telões	3	0,00%	0,00%
	Travanca	0	n.a.	n.a.
	Vila Caiz	0	n.a.	n.a.
	Vila Chã do Marão	1	0,00%	0,00%
Vila Garcia, Aboim e Chapa	1	0,00%	0,00%	
Vila Meã (Real, Ataíde e Oliveira)	3	10,58%	0,00%	
IPSS	15	4,79%	0,00%	
Equiparadas a IPSS	8	0,47%	0,00%	
Total do Concelho		23	1,24%	0,00%

Fonte: Elaboração própria.

Analisando os resultados obtidos, a reduzida percentagem de donativos e subsídios de entidades privadas no total dos rendimentos das IPSS, pode ser o reflexo de, segundo Mendes (2018):

- Baixa ou ineficaz atividade das IPSS amarantinas na angariação de fundos e de contributos em espécie;
- Pouca capacidade da população para contribuir monetariamente para estas instituições ou pouca confiança nas mesmas para investir o seu dinheiro;
- Fraca disponibilidade das empresas para apoiarem estas instituições sociais.

5.1.7. Captação de recursos financeiros para a economia local e seus efeitos multiplicadores

Na Tabela 14 podem ver-se os valores do multiplicador do rendimento local. Apesar de não ter sido possível calcular este indicador para todas as IPSS e instituições equiparadas, que constituem a amostra, é possível obter uma visão geral destes valores para as IPSS do concelho de Amarante.

Tabela 14-Valores dos multiplicadores do rendimento local das IPSS do concelho de Amarante, em 2021.

IPSS	Multiplicador do rendimento local
ADESCO	5,67
A Terra dos Homens	7,31
Santa Casa da Misericórdia de Amarante	1,74
O infantário/ Creche- O Miúdo	5,81
Fundação do Colégio de São Gonçalo	6,90
O CANTINHO SENIOR DA FATINHA, UNIPessoal, LDA	n.a.
CASA GRANDE - CUIDADOS GERIÁTRICOS, UNIPessoal, LDA	n.a.
CERCIMARANTE - COOPERATIVA PARA A EDUCAÇÃO E REABILITAÇÃO DE CIDADÃOS COM INCAPACIDADES, C.R.L.	3,00
Associação de Beneficência de Vila Meã	1,00
Centro social e cultural da paróquia do Divino Salvador de Real	3,48
Associação Emília Conceição Babo	3,92
Liga Amigos do Hospital de Amarante	0,08
BOAVISTA LAR, LDA	n.a.
A CASA DO POVO DE TELOES	3,12
O bem-estar- Associação de solidariedade social de Gondar	3,87
CLAP	2,69
Centro social de Jazente	4,37
Centro social Vale de Santa Natália	4,90
PROGREDIR	1,75
Associação Humanitária de Santiago	2,55
CEDIF - CENTRO DE DESENVOLVIMENTO INFANTO-JUVENIL DE FIGUEIRO, LDA	n.a.
LAR OS 3 NETOS DA FAIA, UNIPessoal, LDA	n.a.
APQV - ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DA QUALIDADE DE VIDA	16,91
Média	2,71
Mediana	3,68
Mínimo	0,08
Máximo	7,31

Fonte: Elaboração própria.

Por conseguinte, é possível concluir que, para as instituições particulares de solidariedade social do município de Amarante, em média, cada euro captado é multiplicado por 2.71 vezes, uma vez que o valor adquirido fica a circular dentro da economia do concelho ao ser utilizado para pagar aos trabalhadores e para comprar bens e serviços.

Tabela 15-Valores do multiplicador da subsídio pública das IPSS do concelho de Amarante, 2021.

IPSS	Multiplicador da subsídio pública
ADESCO	2,02
A Terra dos Homens	1,87
Santa Casa da Misericórdia de Amarante	4,08
O infantário/ Creche- O Miúdo	2,20
Fundação do Colégio de São Gonçalo	2,12
O CANTINHO SENIOR DA FATINHA, UNIPessoal, LDA	n.a.
CASA GRANDE - CUIDADOS GERIÁTRICOS, UNIPessoal, LDA	n.a.
CERCIMARANTE - COOPERATIVA PARA A EDUCAÇÃO E REABILITAÇÃO DE CIDADÃOS COM INCAPACIDADES, C.R.L.	2,16
Associação de Beneficência de Vila Meã	21,09
Centro social e cultural da paróquia do Divino Salvador de Real	2,03
Associação Emília Conceição Babo	1,99
Liga Amigos do Hospital de Amarante	0,01
BOAVISTA LAR, LDA	n.a.
A CASA DO POVO DE TELOES	2,32
O bem-estar- Associação de solidariedade social de Gondar	2,22
CLAP	2,37
Centro social de Jazente	3,10
Centro social Vale de Santa Natália	2,56
PROGREDIR	3,42
Associação Humanitária de Santiago	3,50
CEDIF - CENTRO DE DESENVOLVIMENTO INFANTO-JUVENIL DE FIGUEIRO, LDA	n.a.
LAR OS 3 NETOS DA FAIA, UNIPessoal, LDA	n.a.
APQV - ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DA QUALIDADE DE VIDA	0,43
Média	2,56
Mediana	2,22
Mínimo	0,01
Máximo	21,09

Fonte: Elaboração própria.

Na Tabela 15 figuram os valores obtidos através do cálculo do multiplicador da subsídio pública recebida pelas IPSS do concelho de Amarante. Mais uma vez, não foi possível obter este valor para todas as IPSS, que compõem a amostra.

Desta forma, pode-se perceber que por cada euro recebido em subsídio do Estado ou de outras entidades públicas, em média, 2.56 euros representam impacto na economia local.

6. Conclusões

Esta investigação foi desenvolvida com o objetivo de avaliar o impacto económico e social das IPSS do concelho de Amarante.

Através de uma pequena contextualização do município de Amarante, percebeu-se que a população residente nesta região tem apresentado uma tendência decrescente. À semelhança do que se observa na generalidade do país, a proporção de população idosa (>65 anos) em relação à população jovem (<14 anos) tem vindo a aumentar ao longo dos últimos anos. A freguesia com um maior número de habitantes é a freguesia de Amarante (São Gonçalo), Madalena, Cepelos e Gatão, sendo esta também a região com a maior presença de IPSS e instituições equiparadas do concelho. No entanto, verificou-se que cerca de 14 333 amarantinos têm de se deslocar da sua freguesia de residência para ter acesso aos serviços prestados pelas IPSS ou equiparadas, sendo que as freguesias mais próximas da Serra do Marão se destacam por contribuírem, em grande parte, para este elevado número por serem freguesias menos populosas, mais isoladas e menos desenvolvidas.

Foram recolhidos dados relativos ao conjunto de IPSS existentes em Portugal Continental, de onde se retirou que em Amarante havia 17 IPSS, em 2023. Posteriormente, aliou-se esta informação à informação coletada através da *Orbis* e chegou-se a 40, como o número total de IPSS e instituições equiparadas do concelho. Através de pesquisas na *web*, conjuntamente com dados retirados da *Orbis*, foi possível aceder a informação relativa aos relatórios de demonstração de resultado e ao balanço de apenas 23 instituições, que desta forma, formaram a amostra final deste estudo.

De forma a cumprir o objetivo desta análise do impacto económico e social das IPSS, inicialmente reuniu-se a informação recolhida através dos relatórios de demonstração de resultados de cada uma das instituições e desagregou-se a informação por subcontas de maneira a organizar os dados de todas as entidades de forma homogénea, visto que, antes desta análise, a forma como a informação era divulgada variava de instituição para instituição, de acordo com os métodos de cada contabilista.

A metodologia utilizada ao longo deste estudo foi parcialmente inspirada no “Livro da Importância económica e social das IPSS em Portugal” de Américo Mendes, mas aplicada a uma amostra mais específica do ponto de vista geográfico (Mendes, 2018).

Os resultados revelaram que o valor total dos rendimentos das IPSS, que provêm de pagamentos dos utentes, andam em torno dos 33%, permitindo concluir que, por cada euro que um utente

consegue pagar, as IPSS têm de arranjar, aproximadamente 2€, uma vez que estas entidades apenas cobram ao utente o custo que o mesmo consegue suportar.

Numa perspetiva de avaliação do resultado líquido das instituições em análise, constatou-se que 34.78% das IPSS, em estudo, apresentaram resultado líquido negativo em 2021, enquanto 21.74% detinham um EBITDA inferior a zero no mesmo ano. Ambas as percentagens são consideravelmente elevadas, contudo, não é preocupante, uma vez que se trata de instituições cujo objetivo não é o lucro e que mantêm um bom nível de liquidez geral, baixas taxas de endividamento e um bom rácio de solvabilidade geral.

Relativamente à liquidez geral, as IPSS e instituições equiparadas do concelho de Amarante, apresentavam, no ano em análise, uma percentagem de 284.14%, indicando que, em média, por cada euro em dívida, estas entidades terão 2.84€ disponíveis.

Quanto à autonomia financeira, as instituições, que compõem a amostra, possuem um índice de 67.54%, o que determina uma reduzida rentabilidade dos capitais próprios destas organizações. Este índice quando aplicado a uma instituição financeira deve encontrar-se entre os 30% e os 60% de forma a atrair investidores e sócios, contudo, neste caso o facto de ser superior a 60% não parece problemático, já que se trata de instituições sociais.

A taxa de endividamento das instituições, em investigação, encontra-se nos 148.06%, sendo este um resultado bastante favorável, revela que a amostra não detém uma proporção de financiamento externo muito superior ao seu capital próprio.

No que se refere à solvabilidade geral, as IPSS e entidades equiparadas do município de Amarante apresentam um elevado rácio de 208.09%, traduzindo uma boa capacidade por parte destas entidades de fazer face às suas responsabilidades correntes.

O rácio da cobertura dos ativos não correntes é de 146.30% para 2021, expressando que, em média, as instituições em estudo possuem valores de capitais próprios e de passivos não correntes que cobrem o montante do ativo corrente.

No que concerne à rentabilidade dos capitais próprios, as IPSS amarantinas, em média apresentam um rácio de 1.38%, o que significa que por cada 100€ de capital próprio, são obtidos 1,38€ de lucro. Este valor do rácio vai ao encontro do valor esperado, uma vez que se trata de instituições sociais sem o lucro como objetivo, ou seja, com uma rentabilidade mais reduzida.

No decorrer da avaliação de resultados, identificou-se a problemática denominada, na teoria, como “Enfermidade de Baumol”, graças ao elevado peso dos gastos com o pessoal na totalidade dos gastos, já que este fator provoca um encarecimento dos bens e serviços prestados pelas IPSS e instituições equiparadas em relação aos que são gerados pelo resto da Economia.

Aliando os dados recolhidos até então com informações coletadas através da Carta Social, percebe-se que cerca de 50% das freguesias do concelho de Amarante possuem no seu território, pelo menos, uma IPSS ou instituição equiparada, sendo que para 15.38% destas regiões, as IPSS chegam a ser a única resposta social. Apesar destes valores realçarem a importância social destas instituições no município de Amarante, é importante referir que, ainda assim, por volta de 30% da população do concelho tem de sair da sua freguesia de residência para ter acesso aos serviços prestados por estas instituições.

No decorrer da investigação, foi possível constatar que a percentagem de contribuições voluntárias por parte de pessoas e entidades privadas para as IPSS e instituições do concelho de Amarante ainda é bastante reduzida, representando, em média, apenas 1.24% do total de rendimentos, evidenciando a necessidade de melhoramento, por exemplo, por parte das IPSS das suas campanhas de angariação de fundos, tanto junto da população do concelho, como das empresas da região.

Por fim, procedeu-se ao cálculo dos multiplicadores do rendimento local e da subsídio pública. A partir do primeiro, afixa-se que para as IPSS e instituições equiparadas do concelho de Amarante, em média, cada euro captado é multiplicado 2.71 vezes, uma vez que este valor fica a circular dentro da economia do concelho. Já o segundo multiplicador permite concluir que, por cada euro adquirido por meio de subsídio pública, em média, ficam a circular na economia do concelho de Amarante, 2.56€.

Apesar de se ter conseguido proceder ao cálculo dos indicadores inicialmente previstos, alguns dos valores obtidos podem conter enviesamentos. Primeiramente, porque apenas foi possível obter dados para 23 das 40 instituições do concelho de Amarante, depois pela forma dispersa como a informação é disponibilizada, já que por vezes, diferentes entidades alojavam os mesmos valores em contas distintas, seguidamente porque não se conseguiu desagregar da forma pretendida a demonstração de resultados e o balanço de todas as instituições constituintes da amostra, tendo sido por isso necessário fazer algumas suposições, que na realidade podem não se verificar. Mesmo quando as instituições disponibilizam toda a informação necessária, nem sempre a leitura dos documentos era facilitada, devido à baixa qualidade de alguns relatórios. Para o Boavista lar, o Lar os 3 netos da Faia, o Cantinho sénior da Fatinha e o CEDIF não se teve acesso aos seus relatórios, sendo que toda a informação recolhida para estas instituições foi obtida através da *Orbis*, que não disponibiliza as contas de uma forma desagregada, tal como seria necessário para este estudo. Posto isto, para o cálculo de vários rácios, indicadores e até dos multiplicadores, estas 5 entidades não foram incluídas, podendo causar alguns viés nos resultados para o total do concelho. Por fim, o cálculo dos multiplicadores de rendimento local e de subsídio pública não descrevem de forma completamente fidedigna o panorama das IPSS e instituições

equiparadas do concelho de Amarante, uma vez que não se conseguiu contactar as instituições de forma a identificar quais os gastos que realmente foram despendidos em compras dentro do concelho, em pagamento de salários a residentes do município e em FSE em Amarante.

De forma a dar continuidade a este estudo, seria proveitoso que se desenvolvesse um *site* ou uma organização que compilasse todos os relatórios de contas das IPSS portuguesas, assim como uma lista com as instituições equiparadas existentes no país, semelhante à disponibilizada pela Segurança Social com todas as IPSS portuguesas. O desenvolvimento de um modelo de desagregação de contas universal, a adotar pelas IPSS, facilitaria o tratamento de dados destas entidades, uma vez que o trabalho de recolha, tratamento e análise de informação relativa a estas instituições é um trabalho moroso e demorado, que pode desmotivar, por vezes, a elaboração de estudos sobre estas entidades, que tanto contribuem para a coesão social do país.

Referências

- Banco de Portugal. (2023). *BPstat*. <https://bpstat.bportugal.pt/conteudos/sabia-que/1372>
- Borzaga, C., Calzaroni, M., Fontanari, E., & Lori, M. (2023). Social Economy in Italy: Dimensions, Dynamics and Characteristics. *SSRN Electronic Journal*. <https://doi.org/10.2139/ssrn.4325405>
- Caeiro, J. M. C. (2008). Economia social: conceitos, fundamentos e tipologia. *Revista Katálysis*, 11(1), 61–72. <https://doi.org/10.1590/s1414-49802008000100006>
- Carta Social. (2023). *Carta Social*. <https://www.cartasocial.pt/resultados-da-pesquisa?vt=11&tp=1104&l=13-01-00>
- Carvalho Freitas, A. S. (2021). *Parcerias e Inovação: Um Estudo empírico aplicado às Organizações da Economia Social* [Master's Thesis, Universidade do Minho]. Repositório Institucional da Universidade do Minho.
- Carvalho, M. (n.d.). *Contabilidade - Texto complementar às aulas práticas. 1*, 1–7. http://www1.eeg.uminho.pt/economia/caac/pagina_pessoal/Disciplinas/disciplinas_2009/ecp/ECP_2009/Praticas/Texto_de_apoio_praticas.pdf
- CASES. (2023). *Guia Prático da Economia Social* (1st ed.). CASES. https://www.cases.pt/wp-content/uploads/2019/09/Guia_Prático_da_Economia_Social.pdf
- CENSOS. (2021). *PORDATA*. <https://www.pordata.pt/censos/resultados/emdestaque-portugal-361>
- CIRIEC. (2023). *Conceito de Economia Social*. <https://ciriec.autonoma.pt/conceito/>
- Coimbra, N., Ribeiro, A., Vilhena, E. (2017). Determinantes Da Rentabilidade Dos Capitais Próprios : O Caso Das Empresas Não Financeiras Em Portugal Determinants of Return on Equity : a Case. *Drofon Equity*, 1, 107–126. <https://gestin.ipcb.pt/wp-content/uploads/2022/02/2021Gestin22art06.pdf>
- Comissão Europeia. (2022). Construção de uma economia ao serviço das pessoas : plano de ação para a economia social. *Plano de Ação Para a Economia Social, 1*. <https://www.cases.pt/wp-content/uploads/2021/12/Plano-de-Acao-para-a-Economia-Social-v.-PT.pdf>
- Comité Económico e Social Europeu. (2017). Evolução recente da economia social na União Europeia - Síntese. *European Economic and Social Committee*, 1–30. <http://www.eesc.europa.eu/sites/default/files/files/qe-04-17-876-pt-n.pdf>
- Decreto-Lei n.º4/82 de 11 de Janeiro do Ministério dos Assuntos Sociais, Diário da República: I série, n.º8 (1982). <https://files.diariodarepublica.pt/1s/1982/01/00800/00330037.pdf>
- Despacho n.5882-(2) do Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social, Diário da República: I série, n.º221 (2014).

- <https://files.diariodarepublica.pt/1s/2014/11/22101/0000200026.pdf>
- Diário da República. (2023). *Cooperativa de Solidariedade Social*.
<https://diariodarepublica.pt/dr/lexionario/termo/cooperativa-solidariedade-social>
- Dimitre, M. (2014). *Sustentabilidade económica das organizações de economia social* [Master's Thesis, Universidade Católica Portuguesa]. Repositório Institucional da Universidade Católica Portuguesa.
- Economie. (2016). *Empreendedorismo social na Bélgica*.
<https://economie.fgov.be/fr/themes/entreprises/economie-durable/entrepreneuriat-social/lentrepreneuriat-social-en>
- European Commission. (2023a). *Portal da Economia Social*. https://social-economy-gateway.ec.europa.eu/my-country/belgium_en
- European Commission. (2023b). *Social Economy in the EU*. https://single-market-economy.ec.europa.eu/sectors/proximity-and-social-economy/social-economy-eu_en
- Farias, B. (2016). *Análise financeira dos clubes de futebol europeus cotados em bolsa* [Master's Thesis, Instituto Universitário de Lisboa, Repositório ISCTE-IUL]. <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/13447>
- Fernandes, S. Z. M. (2019). *A GRH no Terceiro Setor: Estudo de Caso em IPSS* [Master's Thesis, Instituto Politécnico de Setúbal, Bibliotecas IPS].
https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/30631/1/Sandra_Fernandes_GRH_OTs.pdf
- Ferreira de Castro, A. (2008). *Gestão de Projetos em Organizações Sem Fins Lucrativos: IPSS e Instituições equiparadas na sub-região do Vale do Ave*. [Master's Thesis, Instituto Politécnico do Porto, Repositório Científico do Instituto Politécnico do Porto].
<https://recipp.ipp.pt/handle/10400.22/19368>
- Ferreira, M. R., Vieira, P., & Mourão, P. (2021). *A satisfação dos utentes face aos serviços descentralizados de Segurança Social: Estudo de caso sobre a rede local de intervenção social*. 1, 87–106. <https://gestin.ipcb.pt/wp-content/uploads/2022/02/2021Gestin22art05.pdf>
- Fraczak, P. (2012). Social economy in Poland. *Infos*, 132(18), 1–4.
<http://libaccess.mcmaster.ca/login?url=http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=buh&AN=82945799&site=ehost-live&scope=site>
- Gabinete de estratégia e estudos. (2019). *Painel sobre crédito, endividamento e investimento das empresas / Dashboard on Credit, Indebtedness and Investment of Firms*. 1, 1–16.
<https://www.gee.gov.pt/pt/lista-publicacoes/financiamento-e-endividamento-das-empresas/2019-8/8550-painel-sobre-credito-endividamento-e-investimento-das-empresas-n-03-19/file>
- Gil-Vasquez, K. (2020). Portuguese Social and Solidarity Economy's 'Substantive Meaning:'

- Constructing an Alternative Path to European Cohesion. *Forum for Social Economics*, 0(0), 1–20. <https://doi.org/10.1080/07360932.2020.1724553>
- Graça, E. (2013). A Economia Social- Esperanças e Oportunidades para o Desenvolvimento. *Journal of the American Chemical Society*, 123(10), 2176–2181. <https://shodhganga.inflibnet.ac.in/jspui/handle/10603/7385>
- INE. (2021). *Metainformação*. https://www.ine.pt/bddXplorer/htdocs/minfo.jsp?var_cd=0006612&lingua=PT
- INE. (2023). Conta Satélite da Economia Social 2019/2020. *Ine*, 1(1), 1–5. <https://www.cases.pt/contasatelitedaes/>
- Instituto da Segurança Social. (2014). *Guia prático Constituição de Instituições Particulares de Solidariedade Social* (p. 14). https://www.seg-social.pt/documents/10152/15030/constituicao_ipss
- Instituto da Segurança Social. (2023). *Listagem IPSS* (pp. 31–41). DGSS.
- Instituto Nacional de Estatística. (2023). CASES. <https://www.cases.pt/constituir-ipss/>
- Júnior, A. (2014). *A não incidência das contribuições previdenciárias, sobre as verbas de carácter indemnizatório: conceitos e definições de remuneração* (Issue July) [Repositório da Universidade Católica de São Paulo]. [https://repositorio.pucsp.br/bitstream/handle/6517/1/Antonio Mendes Feitosa Junior.pdf](https://repositorio.pucsp.br/bitstream/handle/6517/1/Antonio%20Mendes%20Feitosa%20Junior.pdf)
- Leite, J. S. (2014). Textos de Economia Social. *CASES*, 1, 118. https://www.cases.pt/wp-content/uploads/Textos_de_economia_social.pdf
- Luxembourg. (2023). *Impact Luxembourg*. <https://luxembourg.public.lu/en/invest/your-business-in-luxembourg/social-solidarity-economy-societal-impact-companies.html>
- Martins de Oliveira, I. H. (2012). Economia Social, pilar de um novo modelo de desenvolvimento económico sustentável [Master's Thesis, Instituto Politécnico do Porto, Repositório Científico do Instituto Politécnico do Porto]. In *Instituto Politécnico do Porto* (Vol. 7, Issue 2). https://recipp.ipp.pt/bitstream/10400.22/1173/1/DM_IldaOliveira_2012.pdf
- Mathematics, A. (2016). A promoção da economia social como um fator essencial de desenvolvimento económico e social na Europa. *Secretariado-Geral Do Conselho*, 1, 1–23. <https://www.consilium.europa.eu/media/23121/st14968en15.pdf>
- Mendes, A. M. S. C. (2018). *CNIS Importância Económica e Social*. CNIS. <https://rotass.cnis.pt/wp-content/uploads/2019/01/Livro-Importancia-Economica-e-Social-das-IPSS-em-Portugal-PDF.pdf>
- Monzón, R. (2017). Recent evolutions of the Social Economy in the European Union. *European Economic and Social Committee*, 1–124.
- Namorado, R. (2004). A economia social — Uma constelação de esperanças 1. *Faculdade de Economia Da Universidade de Coimbra*, 1, 1–14.

- <https://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/ficheiros/213.pdf>
- Nunes, P. (2017). *Fator de produção*. 1, 1. <https://know.net/ciencconempr/economia/producao/>
- OECD. (2021). Social impact measurement for the social and solidarity economy. *OECD Local Economic and Employment Development (LEED) Papers*. <https://www.oecd.org/cfe/leed/social-economy/social-impact-measurement-for-the-sse.htm>
- OECD. (2023). Participation of the social economy in the provision of Sweden's public employment services. *OECD Publishing*, 1, 65. <https://www.oecd-ilibrary.org/docserver/4949e828-en.pdf?expires=1698256296&id=id&accname=guest&checksum=3F1991A2DD15D2402E8DE305B061DBD0>
- Pitacas, J., Reto, L. (2020). *A Economia Social Numa Visão Plural*. https://www.cases.pt/wp-content/uploads/2020/03/A-Economia-Social-numa-visao-plural_CIRIEC-PT_2020.pdf
- PORDATA. (2023). *População residente nos municípios*. <https://www.pordata.pt/subtema/municipios/populacao+residente-214>
- Santos, M. J. Dos. (2015). Economia Social e do Desenvolvimento sua caracterização. *Escola Superior de Comunicação Social*, 1, 10. [https://repositorio.ipl.pt/bitstream/10400.21/12564/1/Economia social e do desenvolvimento sua caracterização.pdf](https://repositorio.ipl.pt/bitstream/10400.21/12564/1/Economia%20social%20e%20do%20desenvolvimento%20sua%20caracterizacao.pdf)
- Santos Isidoro, A. (2013). *Os Determinantes da Eficácia Organizacional na Resposta Social Centro de Dia, do Centro de Bem Estar Social da Zona Alta de Torres Novas – uma abordagem multistakeholder* [Master's Thesis, Escola Superior de Gestão e Tecnologia de Santarém, Repositório Científico do Instituto Politécnico de Santarém]. [https://repositorio.ipsantarem.pt/bitstream/10400.15/1763/1/2014_Isidoro_Dias_Leal_Resumo UIIPSantarém.pdf](https://repositorio.ipsantarem.pt/bitstream/10400.15/1763/1/2014_Isidoro_Dias_Leal_Resumo%20UIIPSantarém.pdf)
- Serviços de ação social da Universidade de Coimbra. (2021). *Constituição de uma Instituição Particular de Solidariedade Social*.
- Social Economics. (n.d.). *The Social Economics*. <https://www.socialeconomy.eu.org/the-social-economy/>
- Social Economy Europe. (2018). The Future of EU policies for the Social Economy: Towards a European Action Plan. *Social Economy Europe*, 1, 1–34. <https://www.cases.pt/wp-content/uploads/2018/11/SEE-Action-Plan-for-Social-Economy.pdf>
- Sousa, R. (2019). *A Economia Social em Tempos de Envelhecimento: Projeto de uma Comissão de Proteção ao Idoso no Concelho de Paredes* [Master's Thesis, Universidade do Minho, Repositório UM]. <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/64751/1/Regina%20Angelina%20Gomes%20de%20Sousa%20-%20Final.pdf>

Statistical Office. (2023). *Social Economy*. <https://stat.gov.pl/en/topics/social-economy/social-economy-third-sector/management-of-non-profit-organizations-in-2021,9,3.html>

Weeks, D. (2015). Índices De Liquidez E Atividade: Um Estudo Sobre Os Indicadores De Liquidez Geral, Corrente E Seca E Sobre Indicadores De Prazos Médios De Empresas Do Setor De Materiais Básicos Listadas Na B3. *Dk*, 53(9), 1689–1699. [https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/197901/Índices de liquidez e atividade um estudo sobre os indicadores de liquidez geral%2C Corrente e seca e sobre indicadores de prazos médios de empresas do setor de materiais básicos listadas na B3](https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/197901/Índices%20de%20liquidez%20e%20atividade%20um%20estudo%20sobre%20os%20indicadores%20de%20liquidez%20geral%20Corrente%20e%20seca%20e%20sobre%20indicadores%20de%20prazos%20médios%20de%20empresas%20do%20setor%20de%20materiais%20básicos%20listadas%20na%20B3)

Anexos

Anexo 1- Produção das IPSS e instituições equiparadas do concelho de Amarante

IPSS	VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	VARIAÇÃO DOS INVENTÁRIOS NA PRODUÇÃO	TRABALHOS PARA A PRÓPRIA ENTIDADE	SUBSÍDIOS, DOAÇÕES E LEGADOS A EXPLORAÇÃO	RENDIMENTOS SUPLEMENTARES	PRODUÇÃO
ADESCO	160 000,00 €	0,00 €	0,00 €	490 000,00 €	9 500,00 €	659 500,00 €
A Terra dos Homens	664,00 €	0,00 €	0,00 €	426 793,26 €	24 113,96 €	24 777,96 €
Associação de Beneficência de Vila Meã	19 743,45 €	0,00 €	0,00 €	2 115,26 €	16 975,66 €	38 834,37 €
Santa Casa da Misericórdia de Amarante	3 805 997,69 €	0,00 €	0,00 €	1 742 048,03 €	36 450,58 €	3 842 448,27 €
O infantário/ Creche- O Miúdo	257 384,91 €	0,00 €	0,00 €	730 324,47 €	18 930,57 €	1 006 639,95 €
Liga Amigos do Hospital de Amarante	756,00 €	0,00 €	0,00 €	10 415,00 €	0,00 €	11 171,00 €
O bem-estar- Associação de solidariedade social de Gondar	401 845,68 €	0,00 €	0,00 €	724 239,59 €	12 126,46 €	1 138 211,73 €
CLAP	245 865,09 €	0,00 €	0,00 €	350 595,10 €	63 392,98 €	659 853,17 €
Centro social de Jazente	34 846,00 €	0,00 €	0,00 €	49 116,42 €	45,00 €	84 007,42 €
Centro Social Vale de Santa Natália	32 736,96 €	0,00 €	0,00 €	62 701,72 €	96,00 €	95 534,68 €
Centro social e cultural da paróquia do Divino Salvador de Real	141 316,79 €	0,00 €	0,00 €	274 438,86 €	15 819,53 €	431 575,18 €
Associação Emília Conceição Babo	166 308,39 €	0,00 €	0,00 €	373 500,03 €	2 123,43 €	541 931,85 €
PROGREDIR	45 854,00 €	0,00 €	0,00 €	81 721,50 €	0,00 €	127 575,50 €
Fundação do Colégio de São Gonçalo de Amarante	217 545,45 €	0,00 €	0,00 €	708 412,75 €	40,87 €	925 999,07 €
Associação Humanitária de Santiago	48 814,86 €	0,00 €	0,00 €	98 944,60 €	6,21 €	147 765,67 €
BOAVISTA LAR, LDA	339 132,04 €	0,00 €	0,00 €	n.a.	112 268,97 €	n.a.
LAR OS 3 NETOS DA FAIA, UNIPESSOAL, LDA	192 789,56 €	0,00 €	0,00 €	n.a.	34 764,72 €	n.a.
A CASA DO POVO DE TeloES	80 080,14 €	0,00 €	0,00 €	108 497,18 €	637,2 €	189 214,52 €
O CANTINHO SENIOR DA FATINHA, UNIPESSOAL, LDA	11 333,20 €	0,00 €	0,00 €	n.a.	25 388,72 €	n.a.
CASA GRANDE - CUIDADOS GERIÁTRICOS, UNIPESSOAL, LDA	13 959,70 €	0,00 €	0,00 €	n.a.	4 736,28 €	n.a.
CEDIF - CENTRO DE DESENVOLVIMENTO INFANTO-JUVENIL DE FIGUEIRO, LDA	3 600,00 €	0,00 €	0,00 €	n.a.	325,20 €	n.a.
APQV - ASSOCIACAO PORTUGUESA DA QUALIDADE DE VIDA	3 370,81 €	0,00 €	0,00 €	131 074,66 €	0,00 €	134 445,47 €
CERCIMARANTE - COOPERATIVA PARA A EDUCACAO E REABILITACAO DE CIDAADOS COM INCAPACIDADES, C.R.L.	565 495,94 €	0,00 €	0,00 €	1 731 254,27 €	676 995,32 €	2 973 745,53 €

Anexo 2- Consumos intermédios das IPSS e instituições equiparadas do concelho de Amarante

IPSS	CUSTO DOS INVENTÁRIOS VENDIDOS E DAS MATÉRIAS PRIMAS CONSUMIDAS	FORNECIMENTO E SERVIÇOS EXTERNOS	CONSUMOS INTERMÉDIOS
ADESCO	88 150,00 €	110 650,00 €	198 800,00 €
A Terra dos Homens	47 898,08 €	51 209,29 €	99 107,37 €
Associação de Beneficência de Vila Meã	23 046,91 €	30 828,82 €	53 875,73 €
Santa Casa da Misericórdia de Amarante	624 871,06 €	957 688,11 €	1 582 559,17 €
O infantário/ Creche- O Miúdo	63 740,97 €	89 237,90 €	152 978,87 €
Liga Amigos do Hospital de Amarante	62,34 €	1 309,33 €	1 371,67 €
O bem-estar- Associação de solidariedade social de Gondar	111 262,49 €	175 755,44 €	287 017,93 €
CLAP	40 717,73 €	174 141,41 €	214 859,14 €
Centro social de Jazente	11 469,22 €	12 864,02 €	24 333,24 €
Centro Social Vale de Santa Natália	16 589,24 €	14 920,69 €	31 509,93 €
Centro social e cultural da paróquia do Divino Salvador de Real	38 028,05 €	69 829,61 €	107 857,66 €
Associação Emília Conceição Babo	54 582,20 €	88 840,46 €	143 422,66 €
PROGREDIR	23 290,20 €	20 960,69 €	44 250,89 €
Fundação do Colégio de São Gonçalo de Amarante	50 640,05 €	75 154,18 €	125 794,23 €
Associação Humanitária de Santiago	31 002,32 €	27 420,80 €	58 423,12 €
BOAVISTA LAR, LDA	28 495,73 €	n.a.	n.a.
LAR OS 3 NETOS DA FAIA, UNIPESSOAL, LDA	18 081,67 €	n.a.	n.a.
A CASA DO POVO DE TeloES	16 097,42 €	26 244,18 €	42 341,60 €
O CANTINHO SENIOR DA FATINHA, UNIPESSOAL, LDA	n.a.	n.a.	n.a.
CASA GRANDE - CUIDADOS GERIÁTRICOS, UNIPESSOAL, LDA	193,62 €	n.a.	n.a.
CEDIF - CENTRO DE DESENVOLVIMENTO INFANTO-JUVENIL DE FIGUEIRO, LDA	n.a.	n.a.	n.a.
APQV - ASSOCIACAO PORTUGUESA DA QUALIDADE DE VIDA	0,00 €	128 901,81 €	128 901,81 €
CERCIMARANTE - COOPERATIVA PARA A EDUCACAO E REABILITACAO DE CIDAADOS COM INCAPACIDADES, C.R.L.	51 595,34 €	941 035,07 €	992 630,41 €

Anexo 3- VAB das IPSS e instituições equiparadas do concelho de Amarante

IPSS	PRODUÇÃO	CONSUMOS INTERMÉDIOS	VALOR ACRESCENTADO BRUTO
ADESCO	659 500,00 €	198 800,00 €	460 700,00 €
A Terra dos Homens	24 777,96 €	99 107,37 €	-74 329,41 €
Associação de Beneficência de Vila Meã	38 834,37 €	53 875,73 €	-15 041,36 €
Santa Casa da Misericórdia de Amarante	3 842 448,27 €	1 582 559,17 €	2 259 889,10 €
O infantário/ Creche- O Miúdo	1 006 639,95 €	152 978,87 €	853 661,08 €
Liga Amigos do Hospital de Amarante	11 171,00 €	1 371,67 €	9 799,33 €
O bem-estar- Associação de solidariedade social de Gondar	1 138 211,73 €	287 017,93 €	851 193,80 €
CLAP	659 853,17 €	214 859,14 €	444 994,03 €
Centro social de Jazente	84 007,42 €	24 333,24 €	59 674,18 €
Centro Social Vale de Santa Natália	95 534,68 €	31 509,93 €	64 024,75 €
Centro social e cultural da paróquia do Divino Salvador de Real	431 575,18 €	107 857,66 €	323 717,52 €
Associação Emília Conceição Babo	541 931,85 €	143 422,66 €	398 509,19 €
PROGREDIR	127 575,50 €	44 250,89 €	83 324,61 €
Fundação do Colégio de São Gonçalo de Amarante	925 999,07 €	125 794,23 €	800 204,84 €
Associação Humanitária de Santiago	147 765,67 €	58 423,12 €	89 342,55 €
BOAVISTA LAR, LDA	n.a.	n.a.	n.a.
LAR OS 3 NETOS DA FAIA, UNIPESSOAL, LDA	n.a.	n.a.	n.a.
A CASA DO POVO DE TeloES	189 214,52 €	42 341,60 €	146 872,92 €
O CANTINHO SENIOR DA FATINHA, UNIPESSOAL, LDA	n.a.	n.a.	n.a.
CASA GRANDE - CUIDADOS GERIÁTRICOS, UNIPESSOAL, LDA	n.a.	n.a.	n.a.
CEDIF - CENTRO DE DESENVOLVIMENTO INFANTO-JUVENIL DE FIGUEIRO, LDA	n.a.	n.a.	n.a.
APQV - ASSOCIACAO PORTUGUESA DA QUALIDADE DE VIDA	134 445,47 €	128 901,81 €	5 543,66 €
CERCIMARANTE - COOPERATIVA PARA A EDUCACAO E REABILITACAO DE CIDAADOS COM INCAPACIDADES, C.R.L.	2 973 745,53 €	992 630,41 €	1 981 115,12 €

Anexo 4- Remunerações das IPSS e instituições equiparadas do concelho de Amarante

IPSS	REMUNERAÇÕES
ADESCO	449 711,00 €
A Terra dos Homens	312 359,60 €
Associação de Beneficência de Vila Meã	10 786,69 €
Santa Casa da Misericórdia de Amarante	3 238 254,62 €
O Infantiário/ Creche- O Miúdo	770 501,06 €
Liga Amigos do Hospital de Amarante	0,00 €
O bem-estar- Associação de solidariedade social de Gondar	746 757,93 €
CLAP	394 939,08 €
Centro social de Jazente	70 483,63 €
Centro Social Vale de Santa Natália	71 904,37 €
Centro social e cultural da paróquia do Divino Salvador de Real	260 007,32 €
Associação Emília Conceição Babo	329 833,10 €
PROGREDIR	63 470,43 €
Fundação do Colégio de São Gonçalo de Amarante	725 197,91 €
Associação Humanitária de Santiago	93 370,84 €
BOAVISTA LAR, LDA	190 182,27 €
LAR OS 3 NETOS DA FAIA, UNIPESSOAL, LDA	102 228,96 €
A CASA DO POVO DE TELÕES	117 793,19 €
O CANTINHO SENIOR DA FATINHA, UNIPESSOAL, LDA	21 363,35 €
CASA GRANDE - CUIDADOS GERIÁTRICOS, UNIPESSOAL, LDA	3 128,52 €
CEDIF - CENTRO DE DESENVOLVIMENTO INFANTO-JUVENIL DE FIGUEIRO, LDA	n.a.
APQV - ASSOCIACAO PORTUGUESA DA QUALIDADE DE VIDA	28 494,02 €
CERCIMARANTE - COOPERATIVA PARA A EDUCACAO E REABILITACAO DE CIDAADOS COM INCAPACIDADES, C.R.L.	1 847 042,77 €

Anexo 5-Estrutura de rendimentos e gastos das 23 IPSS e instituições equiparadas do concelho de Amarante

IPSS	Vendas e Prestação de serviços					
	Total	Vendas	Prestações de serviços			Serviços secundários, promoções para a captação de recursos, rendimentos de patrocinadores, IVA de serviços com imposto incluído e descontos e abatimentos
			Total	Mensalidades, inscrições, comparticipações e quotas dos utilizadores	Quotizações e jóias dos associados	
ADESCO	160 000,00 €	0,00 €	160 000,00 €	160 000 €	0,00 €	0,00 €
A Terra dos Homens	664,00 €	0,00 €	664,00 €	0,00 €	664,00 €	0,00 €
Associação de Beneficência de Vila Meã	19 743,45 €	0,00 €	19 743,45 €	19 743,45 €	0,00 €	0,00 €
Santa Casa da Misericórdia de Amarante	3 805 997,69 €	100,00 €	3 805 897,69 €	3 805 897,69 €	0,00 €	0,00 €
O Infantiário/ Creche- O Miúdo	257 384,91 €	0,00 €	257 384,91 €	257 384,91 €	0,00 €	0,00 €
Liga Amigos do Hospital de Amarante	756,00 €	0,00 €	756,00 €	756,00 €	0,00 €	0,00 €
O bem-estar- Associação de solidariedade social de Gondar	401 845,68 €	0,00 €	401 845,68 €	398 093,68 €	1 452,00 €	2 300,00 €
CLAP	245 865,09 €	0,00 €	245 865,09 €	245 865,09 €	0,00 €	0,00 €
Centro social de Jazente	34 846,00 €	0,00 €	34 846,00 €	34 846,00 €	0,00 €	0,00 €
Centro Social Vale de Santa Natália	32 736,96 €	0,00 €	32 736,96 €	32 736,96 €	0,00 €	0,00 €
Centro social e cultural da paróquia do Divino Salvador de Real	141 316,79 €	0,00 €	141 316,79 €	141 316,79 €	0,00 €	0,00 €
Associação Emília Conceição Babo	166 308,39 €	270,00 €	166 038,39 €	161 747,13 €	2 107,00 €	2 184,26 €
PROGREDIR	45 854,00 €	0,00 €	45 854,00 €	45 284,00 €	570,00 €	0,00 €
Fundação do Colégio de São Gonçalo de Amarante	217 545,45 €	0,00 €	217 545,45 €	217 545,45 €	0,00 €	0,00 €
Associação Humanitária de Santiago	48 814,86 €	0,00 €	48 814,86 €	48 814,86 €	0,00 €	0,00 €
BOAVISTA LAR, LDA	339 132,04 €	339 132,04 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
LAR OS 3 NETOS DA FAIA, UNIPESSOAL, LDA	192 789,56 €	192 789,56 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
A CASA DO POVO DE TELÕES	80 080,14 €	0,00 €	80 080,14 €	80 080,14 €	0,00 €	0,00 €
O CANTINHO SENIOR DA FATINHA, UNIPESSOAL, LDA	11 333,20 €	11 333,20 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
CASA GRANDE - CUIDADOS GERIÁTRICOS, UNIPESSOAL, LDA	13 959,70 €	13 959,70 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
CEDIF - CENTRO DE DESENVOLVIMENTO INFANTO-JUVENIL DE FIGUEIRO, LDA	3 600,00 €	3 600,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
APQV - ASSOCIACAO PORTUGUESA DA QUALIDADE DE VIDA	3 370,81 €	0,00 €	3 370,81 €	3 370,81 €	0,00 €	0,00 €
CERCIMARANTE - COOPERATIVA PARA A EDUCACAO E REABILITACAO DE CIDAADOS COM INCAPACIDADES, C.R.L.	565 495,94 €	29 292,69 €	536 203,25 €	536 203,25 €	0,00 €	0,00 €
Total	6 789 440,66 €	590 477,19 €	6 198 963,47 €	6 189 686,21 €	4 793,00 €	4 484,26 €

Variação nos inventários de produção	Trabalhos para a própria entidade	Subsídios do Estado e de outras entidades públicas							Reversões de imparidade de dívidas, de depreciações e amortizações e de provisões	Ganhos por aumento de justo valor	Juros e rendimentos similares obtidos	Outros rendimentos			
		Total	Subsídios do Estado e de outras entidades públicas		Autarquias	Legados	Total	Imputação de subsídios e doações para investimento				Donativos	Consignações e restituições de impostos	Outros rendimentos (rendimentos de propriedade, etc.)	
			Segurança Social	Outras entidades da administração central e institutos públicos											Total
0,00 €	0,00 €	490 250,00 €	490 000,00 €	465 000 €	25 000 €	0,00 €	0,00 €	250,00 €	0,00 €	0,00 €	14 000,00 €	0,00 €	2 000,00 €	0,00 €	12 000,00 €
0,00 €	0,00 €	426 793,26 €	359 516,93 €	0,00 €	359 516,93 €	0,00 €	0,00 €	67 276,33 €	0,00 €	0,00 €	24 113,96 €	7 281,27 €	0,00 €	151,00 €	16 681,69 €
0,00 €	0,00 €	2 115,26 €	2 115,26 €	2 115,26 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	24 741,73 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	24 741,73 €
0,00 €	0,00 €	1 742 048,03 €	1 742 048,03 €	1 742 048,03 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1 749,76 €	9 671,72 €	264 904,49 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	264 904,49 €
0,00 €	0,00 €	730 324,47 €	730 324,47 €	730 324,47 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	18 930,57 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	18 930,57 €
0,00 €	0,00 €	10 415,00 €	10 415,00 €	10 415,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
0,00 €	0,00 €	724 239,59 €	724 238,59 €	375 301,87 €	272 214,88 €	76 721,84 €	0,00 €	1,00 €	0,00 €	0,00 €	12 301,64 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	12 301,64 €
0,00 €	0,00 €	350 595,10 €	350 595,10 €	350 595,10 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	63 392,98 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	63 392,98 €
0,00 €	0,00 €	49 116,42 €	49 116,42 €	35 000,00 €	6 000,00 €	8 116,42 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	45,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	45,00 €
0,00 €	0,00 €	62 701,72 €	62 701,72 €	62 701,72 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
0,00 €	0,00 €	274 438,86 €	274 438,86 €	260 231,27 €	14 207,59 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	3 433,75 €	15 819,53 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	15 819,53 €
0,00 €	0,00 €	373 500,03 €	359 578,30 €	331 114,78 €	23 199,04 €	5 264,48 €	0,00 €	13 921,73 €	0,00 €	0,00 €	2 123,43 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	2 123,43 €
0,00 €	0,00 €	81 721,50 €	43 869,09 €	498,14 €	43 370,95 €	0,00 €	0,00 €	37 852,41 €	0,00 €	0,00 €	20,28 €	2 178,46 €	0,00 €	16,38 €	2 162,08 €
0,00 €	0,00 €	708 412,75 €	708 412,75 €	708 412,75 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	40,87 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	40,87 €
0,00 €	0,00 €	98 944,60 €	62 264,13 €	0,00 €	47 532,23 €	14 731,90 €	0,00 €	36 680,47 €	0,00 €	0,00 €	6,25 €	0,00 €	0,00 €	6,25 €	0,00 €
0,00 €	0,00 €	5 612,95 €	5 612,95 €	5 612,95 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
0,00 €	0,00 €	12 178,12 €	12 178,12 €	12 178,12 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
0,00 €	0,00 €	108 497,18 €	108 497,18 €	108 497,18 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	637,20 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	637,20 €
0,00 €	0,00 €	8 944,37 €	8 944,37 €	8 944,37 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
0,00 €	0,00 €	131 074,66 €	131 074,66 €	131 074,66 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
0,00 €	0,00 €	1 731 254,27 €	1 731 254,27 €	1 125 315,28 €	605 938,99 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	4 838,52 €	676 995,32 €	95 929,80 €	41 848,53 €	7 400,73 €	531 816,26 €
0,00 €	0,00 €	8 123 178,14 €	7 967 196,20 €	6 465 380,95 €	1 396 980,61 €	104 834,64 €	0,00 €	155 981,94 €	0,00 €	1 749,76 €	17 964,27 €	1 120 231,43 €	103 211,07 €	43 848,53 €	7 574,36 €

Custos das mercadorias vendidas e das matérias-primas consumidas	Fornecimentos e serviços externos	Gastos com o pessoal	Gastos/Reversões de depreciação e amortização	Perdas por imparidades	Perdas por redução de justo valor	Aumento das provisões	Juros e rendimentos similares suportados	Imposto sobre o rendimento do período	Outros gastos
88 150,00 €	110 650,00 €	449 711,00 €	7 081,66 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	6 000,00 €	1 000,00 €	0,00 €
47 898,08 €	51 209,29 €	312 359,60 €	24 893,10 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	2 086,16 €	0,00 €
23 046,91 €	30 828,82 €	10 786,69 €	14 590,96 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	58,27 €	0,00 €	3 810,08 €
624 871,06 €	957 688,11 €	3 238 254,62 €	470 544,08 €	3 217,78 €	0,00 €	0,00 €	95,18 €	0,00 €	16 858,10 €
63 740,97 €	89 237,90 €	770 501,06 €	23 911,64 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	7,09 €	0,00 €	717,93 €
62,34 €	1 309,33 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	136,67 €
111 262,49 €	175 755,44 €	746 757,93 €	61 660,16 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	14 090,27 €	0,00 €	2 549,54 €
40 717,73 €	174 141,41 €	394 939,08 €	38 483,37 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	4 262,15 €	0,00 €	7 872,20 €
11 469,22 €	12 864,02 €	70 483,63 €	96,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1 079,77 €	0,00 €	2 217,60 €
16 589,24 €	14 920,69 €	71 904,37 €	697,71 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	96,00 €
38 028,05 €	69 829,61 €	260 007,32 €	11 453,31 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	418,37 €	0,00 €	178,68 €
54 582,20 €	88 840,46 €	329 833,10 €	21 864,51 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1 900,56 €	0,00 €	5 716,65 €
23 290,20 €	20 960,69 €	63 470,43 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	556,96 €
50 640,05 €	75 154,18 €	725 197,91 €	40 319,74 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	6 583,35 €	0,00 €	1 767,14 €
31 002,32 €	27 420,80 €	93 370,84 €	3 797,63 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	55,32 €	0,00 €	752,50 €
28 495,73 €	n.a.	190 182,27 €	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
18 081,67 €	n.a.	102 228,96 €	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
16 097,42 €	26 244,18 €	117 793,19 €	7 237,93 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	15,60 €	0,00 €	463,43 €
n.a.	n.a.	21 363,35 €	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
193,62 €	n.a.	3 128,52 €	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
0,00 €	128 901,81 €	28 494,02 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1 718,18 €	0,00 €	13,16 €
51 595,34 €	941 035,07 €	1 847 042,77 €	127 890,67 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	3 605,92 €	0,00 €	6 448,88 €
1 339 814,64 €	2 996 991,81 €	9 847 810,66 €	854 522,47 €	3 217,78 €	0,00 €	0,00 €	39 890,03 €	1 000,00 €	52 242,60 €

Anexo 6- Rácios económicos e financeiros das IPSS e instituições equiparadas do concelho de Amarante

IPSS	Ativo Corrente	Passivo Corrente	Fundos patrimoniais	Ativo	Passivo	Passivo não corrente	Ativo não corrente	Juros suportados	EBITDA	Liquidez geral	Autonomia financeira	Taxa de endividamento	Solvabilidade geral	Cobertura dos ativos não correntes	Juros suportados/EBITDA
ADESCO	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	6 000,00 €	15 739,00 €	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
A Terra dos Homens	518 716,23 €	63 935,84 €	1 028 425,47 €	1 092 361,31 €	63 935,84 €	0,00 €	573 645,08 €	0,00 €	38 016,09 €	811,31%	94,15%	106,22%	1608,53%	179,28%	0,00
Associação de Beneficência de Vila Meã	63 567,13 €	19 864,28 €	1 228 326,14 €	1 247 690,42 €	19 864,28 €	0,00 €	1 184 123,29 €	58,27 €	1 174,85 €	328,27%	98,45%	101,58%	6343,26%	103,73%	0,05
Santa Casa da Misericórdia de Amarante	n.a.	n.a.	n.a.	25 224 978,26 €	n.a.	n.a.	n.a.	0,00 €	973 715,12 €	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	0,00
O Infântário/ Creche- O Miúdo	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	7,09 €	82 442,09 €	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	0,00
Liga Amigos do Hospital de Amarante	74 010,77 €	0,00 €	129 062,55 €	129 062,55 €	0,00 €	0,00 €	55 051,78 €	0,00 €	9 662,56 €	n.a.	100,00%	100,00%	impossível dividir por 0	234,44%	0,00
O Bem-estar- Associação de solidariedade social de Gondar	1 060 975,95 €	616 396,52 €	1 189 324,38 €	2 599 152,26 €	1 409 827,88 €	793 431,36 €	1 538 176,31 €	14 018,86 €	10 990,10 €	172,13%	45,76%	218,54%	84,36%	128,90%	0,14
CLAP	275 407,22 €	125 566,58 €	224 784,46 €	601 073,27 €	376 288,81 €	250 722,23 €	325 666,05 €	4 262,15 €	42 182,75 €	219,33%	37,40%	267,40%	59,74%	146,01%	0,10
Centro social de Jazante	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	1 079,77 €	-13 027,05 €	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	-0,08
Centro Social Vale de Santa Natália	24 360,39 €	5 923,50 €	41 642,09 €	54 565,59 €	12 923,50 €	7 000,00 €	30 295,20 €	0,00 €	-8 071,42 €	411,25%	76,32%	131,03%	322,22%	161,04%	0,00
Centro social e cultural do paróquia do Divino Salvador de Real	96 295,24 €	15 142,40 €	470 780,64 €	507 772,24 €	39 992,38 €	21 890,48 €	411 378,00 €	418,27 €	63 534,52 €	656,60%	92,72%	107,86%	1272,64%	119,75%	0,01
Associação Emília Conceição Babo	274 290,42 €	153 325,89 €	1 107 573,64 €	1 431 523,24 €	323 949,60 €	188 823,73 €	857 232,80 €	1 900,56 €	69 984,44 €	369,73%	77,93%	129,53%	341,90%	148,87%	0,03
PROGRÉDIA	239 968,24 €	16 317,48 €	285 303,08 €	341 380,20 €	65 077,12 €	39 759,64 €	101 411,96 €	0,00 €	21 475,68 €	1470,62%	83,57%	101,37%	508,77%	320,54%	0,00
Fundação do Colégio de São Gonçalo de Amarante	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	6 583,35 €	73 229,79 €	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	0,00
Associação Humanitária do Santiago	71 339,77 €	18 503,78 €	74 816,43 €	97 656,70 €	22 840,27 €	4 335,49 €	26 319,93 €	55,32 €	-1 790,75 €	385,54%	76,61%	130,53%	327,56%	300,76%	-0,01
BOAVISTA LAR, LDA	426 205,19 €	104 892,56 €	232 689,92 €	1 202 328,63 €	969 638,71 €	864 746,15 €	776 123,44 €	5 333,05 €	13 798,02 €	406,33%	19,35%	516,71%	24,00%	141,40%	0,39
LAR OS 3 NETOS DA PAULA, UNIPessoal, LDA	114 891,15 €	126 948,32 €	47 123,62 €	216 319,75 €	169 196,14 €	42 247,81 €	101 428,02 €	n.a.	49 892,33 €	90,50%	21,78%	459,05%	27,83%	88,11%	n.a.
A CASA DO POVO DE TELES	705 892,27 €	22 798,01 €	875 345,54 €	898 143,55 €	22 798,01 €	0,00 €	182 251,28 €	15,60 €	28 616,30 €	3096,29%	97,46%	102,60%	3839,57%	455,31%	0,00
O CANTINHO SENHOR DA FATINHA, UNIPessoal, LDA	99 522,93 €	38 176,21 €	3 927,65 €	101 928,47 €	97 995,82 €	59 479,61 €	2 465,54 €	818,11 €	26 474,50 €	258,66%	3,90%	2565,26%	4,06%	2637,26%	-0,03
CASA GRANDE- CUIDADOS GERIÁTRICOS, UNIPessoal, LDA	12 738,05 €	4 111,24 €	4 490,07 €	14 488,64 €	18 952,71 €	14 879,59 €	1 750,58 €	231,24 €	9 900,28 €	309,84%	-31,00%	322,39%	-33,67%	592,80%	0,04
CEDEF - CENTRO DE DESENVOLVIMENTO INFANTO-JUVENIL DE FIGUEIRÓ, LDA	3 916,78 €	0,00 €	49 424,59 €	146 173,53 €	96 748,94 €	96 748,94 €	142 256,75 €	n.a.	3 274,80 €	n.a.	33,81%	295,75%	51,09%	102,75%	n.a.
APROV - ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DA QUALIDADE DE VIDA	13 401,26 €	36 254,24 €	111 627,40 €	13 862,05 €	58 754,40 €	0,00 €	265,69 €	1 718,18 €	12 293,52 €	23,61%	-315,48%	-31,27%	75,92%	-1827,17%	-0,07
CEFCAMARANTE - COOPERATIVA PARA A EDUCAÇÃO E REABILITAÇÃO DE CIDADÃOS COM INCAPACIDADES, C.R.L.	1 975 224,29 €	844 803,24 €	3 353 469,34 €	4 546 821,00 €	1 192 951,88 €	348 148,43 €	2 370 696,71 €	3 605,92 €	127 623,55 €	213,87%	75,26%	135,57%	281,13%	143,99%	0,03
Total	6 351 323,39 €	2 235 259,89 €	10 294 483,09 €	40 466 687,68 €	4 947 226,33 €	2 711 965,44 €	8 890 386,03 €	46 105,84 €	1 639 919,13 €	284,14%	67,54%	148,06%	208,09%	146,30%	0,03

Anexo 7- Taxa de rentabilidade das IPSS e instituições equiparadas do concelho de Amarante

23 IPSS	ADESCO	A Terra dos Homens	Associação de Beneficência de Vila Meã	Santa Casa da Misericórdia de Amarante	O Infântário/ Creche- O Miúdo	Liga Amigos do Hospital de Amarante	O Bem-estar- Associação de solidariedade social de	CLAP	Centro social de Jazante
Rendibilidade dos capitais próprios (Resultado líquido/ Fundos patrimoniais) = (1)×(2)×(3)×(4)×(5)×(6)	n.a.	1,28%	-1,10%	n.a.	n.a.	7,49%	2,21%	-0,25%	n.a.
(1) Efeito fiscal (Resultado líquido/ Resultado antes de impostos ou EBT)	0,62	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
(2) Efeito dos juros suportados (Resultado antes de impostos ou EBT/ Resultado antes de imposto e juros suportados ou EBIT)	0,31	1,00	1,00	1,02	1,00	1,00	0,65	-0,15	1,08
(3) Efeito das amortizações e depreciações (Resultado antes de impostos e de juros suportados ou EBIT/EBITDA)	0,55	0,35	-11,42	0,52	0,71	1,00	0,40	0,09	1,01
(4a) Rendibilidade operacional das vendas e prestações de serviços (EBITDA/Vendas e prestações de serviços)	9,84%	5725,62%	5,95%	25,58%	32,03%	1278,13%	25,38%	17,16%	-37,38%
(4b) Rendibilidade operacional das vendas e prestações de serviços e de subsídios, doações e legados à exploração (EBITDA/(Vendas e prestações de serviços+Subsídios e legados à exploração))	2,42%	8,89%	5,37%	17,55%	8,35%	86,50%	9,06%	7,07%	-15,52%
(5a) Rotação do ativo (Vendas e prestações de serviços/ Ativo)	n.a.	0,00	0,02	0,15	n.a.	0,01	0,15	0,41	n.a.
(5b) Rotação do ativo (Vendas e prestações de serviços+Subsídios, doações e legados à exploração)/Ativo)	n.a.	0,39	0,02	0,22	n.a.	0,09	0,43	0,99	n.a.
(6) Taxa de endividamento ou Alavancagem financeira (Ativo/Fundos patrimoniais)	n.a.	106,22%	101,58%	n.a.	n.a.	100,00%	218,54%	267,40%	n.a.

Centro Social Vale de Santa Natália	Centro social e cultural da paróquia do Divino Salvador de Real	Associação Emília Conceição Babo	PROGREDIR	Fundação do Colégio de São Gonçalo de Amarante	Associação Humanitária de Santiago	BOAVISTA LAR, LDA	LAR OS 3 NETOS DA FAIA, UNIPessoal, LDA	A CASA DO POVO DE TELOES	O CANTINHO SENIOR DA FATINHA, UNIPessoal, LDA	CASA GRANDE - CUIDADOS GERIÁTRICOS, UNIPessoal, LDA	CEDEF - CENTRO DE DESENVOLVIMENTO INFANTO-JUVENIL DE FIGUEIRO, LDA	APOIV - ASSOCIACAO PORTUGUESA DA QUALIDADE DE VIDA	CERCIMARANTE - COOPERATIVA PARA A
-21,06%	11,70%	3,54%	7,53%	n.a.	-11,54%	0,16%	79,66%	2,44%	-703,07%	-89,98%	-6,60%	57,28%	0,03%
1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	0,29	n.a.	1,00	1,00	0,95	n.a.	1,00	1,00
1,00	1,06	0,95	1,00	0,80	1,01	0,20	n.a.	1,00	1,03	0,95	n.a.	1,07	-4,45
1,09	0,82	0,65	1,00	0,45	1,79	0,48	0,85	0,75	1,02	0,76	-1,00	1,00	0,00
-24,66%	44,96%	37,86%	46,83%	33,67%	-9,79%	4,07%	25,88%	35,73%	-233,60%	42,27%	90,97%	-681,25%	22,57%
-8,46%	15,28%	11,66%	16,83%	7,91%	-3,24%	n.a.	n.a.	15,17%	n.a.	n.a.	n.a.	-17,08%	5,56%
0,60	0,28	0,12	0,13	n.a.	0,50	0,28	0,89	0,09	0,11	0,96	0,02	0,25	0,12
1,75	0,82	0,38	0,37	n.a.	1,51	n.a.	n.a.	0,21	n.a.	n.a.	n.a.	9,84	0,51
131,03%	107,86%	129,25%	119,66%	n.a.	130,53%	516,71%	459,05%	102,60%	2565,76%	-322,39%	295,75%	-31,72%	135,57%